



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - CFP
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - UACS
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

**O MODERNO TRANSFIGURADO DE ANTIGO: UMA ANÁLISE DA RECEPÇÃO E
DOS USOS DA ANTIGUIDADE GREGA PELA CONTEMPORANEIDADE A
PARTIR DA OBRA LITERÁRIA PERCY JACKSON**

TALITA FELIX DE LACERDA

CAJAZEIRAS – PB

2024

TALITA FELIX DE LACERDA

**O MODERNO TRANSFIGURADO DE ANTIGO: UMA ANÁLISE DA RECEPÇÃO E
DOS USOS DA ANTIGUIDADE GREGA PELA CONTEMPORANEIDADE A
PARTIR DA OBRA LITERÁRIA PERCY JACKSON**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Graduação em Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de formação de professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como parte do requisito para obtenção de nota.

Orientadora: Prof.a Dra. Ana Lunara da Silva Morais

CAJAZEIRAS – PB

2024

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

L131m	<p>Lacerda, Talita Felix de.</p> <p>O moderno transfigurado de antigo: uma análise da recepção e dos usos da antiguidade Grega pela contemporaneidade a partir da obra literária Percy Jackson / Talita Felix de Lacerda. – Cajazeiras, 2024.</p> <p>68f.</p> <p>Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Ana Lunara da Silva Morais.</p> <p>Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2024.</p> <p>1. Grécia antiga. 2. Percy Jakson - análise literária. 3. Teoria da recepção e usos do passado. 4. Política imperialista americana. 5. Tradição Greco-romana. 6. Olimpianos - obra literária. 7. Historiografia. I. Morais, Ana Lunara da Silva. II. Título.</p>
UFCG/CFP/BS	CDU – 94(38)

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Denize Santos Saraiva Lourenço CRB/15-046

TALITA FELIX DE LACERDA

**O MODERNO TRANSFIGURADO DE ANTIGO: UMA ANÁLISE DA
RECEPÇÃO E DOS USOS DA ANTIGUIDADE GREGA PELA
CONTEMPORANEIDADE A PARTIR DA OBRA LITERÁRIA PERCY
JACKSON**

Aprovado em: 29/11/2024

COMISSÃO EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 ANA LUNARA DA SILVA MORAIS
Data: 29/11/2024 15:37:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Dra. Ana Lunara da Silva Morais
UFCG (orientadora e presidente da banca)

Documento assinado digitalmente
 FRANCISCO FIRMINO SALES NETO
Data: 29/11/2024 15:47:16-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
UFCG (Examinador interno)

Documento assinado digitalmente
 NATALIA FERREIRA DE CAMPOS
Data: 29/11/2024 16:22:26-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.a Dr.a Natália Ferreira de Campos
(Examinadora externa)

**Cajazeiras-PB
29 de novembro de 2024**

Para Maria José Felix, pelo seu apoio incondicional

AGRADECIMENTOS

Gostaria, aqui, de agradecer aqueles que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, na produção deste trabalho. Em primeiro lugar, agradeço a minha família, em especial as minhas Marias, mãe e avó que me incentivaram desde tenra idade a dedicar-me aos estudos e a todo o esforço empreendido por elas para que eu pudesse realizar a tão almejada conquista de graduar-me em História.

Ao meu amado pai (*in memoriam*), que teria ficado alegre ao acompanhar meu percurso na universidade.

A minha tia Ilma Nicolau, por nunca me deixar ter dúvidas sobre a minha capacidade.

Aos meus queridos amigos da UFCG - Lucas Natanael, Gabriela Silva, Vitoria Duarte e Pedro Regnoberto - que estiveram do meu lado por toda a trajetória da graduação. Um agradecimento especial a Kaliene Batista, por sugerir que eu deveria pesquisar sobre a Grécia Antiga, por me incentivar a ter novas experiências como na gestão do Centro Acadêmico de História e por sua preciosa amizade.

A minha orientadora, Ana Lunara da Silva Morais, por me aceitar como sua orientanda mesmo pesquisando um tema que está fora de sua área. Agradeço muito aos seus conselheiros e por ser uma fonte de inspiração profissional.

A professora Natália Campos por me auxiliar com a pesquisa, os textos que me recomendou foram essenciais para o trabalho, e pelo seu espírito bondoso e prestativo que iluminou as minhas incertezas acerca da temática.

Ao professor Francisco Firmino Sales Neto, por me encorajar a permanecer com minha pesquisa mesmo com os percalços para encontrar um orientador.

Ao escritor Rick Riordan por ter escrito os livros que abriram as portas da literatura e do mundo clássico para mim, sem as aventuras de Percy Jackson não teria o fascínio que pela antiguidade que me trouxe até aqui.

Acima de tudo, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado forças para enfrentar todas as dificuldades de 2020 até hoje. Pois, “O Senhor é a minha força e o meu escudo; nele o meu coração confia, e dele recebo ajuda. O meu coração exulta de alegria, e com o meu cântico lhe darei graças” (Salmos 28, versículo 7).

“Toda História é História contemporânea”
Benedetto Croce

RESUMO

A antiguidade foi, no decurso de séculos, representada de diferentes maneiras por historiadores, literatos, dramaturgos, artistas plásticos etc. Diante disso, o presente trabalho intenciona analisar a saga literária “Percy Jackson e os olímpianos”, publicada entre 2005 e 2009, com cinco volumes, com o intuito de compreender a recepção e usos do passado grego antigo pela contemporaneidade, tendo em vista que a obra retrata a Grécia Antiga como fundadora da “civilização” ocidental. A pesquisa objetiva, utilizando-se da metodologia de análise de conteúdo, demonstrar como a obra propaga a representação de excepcionalidade do mundo antigo clássico, construída pela modernidade para compor um discurso em defesa da pretensa continuidade linear entre passado e presente de uma História “única” do Ocidente, proposição essa que surgiu no século XIX com fins nacionalistas e imperialistas de opor o “Ocidente” ao “Oriente”. Destarte, a pesquisa pretende contribuir com a crítica e desconstrução de recepções da antiguidade reducionistas e colonialistas que afirmam a superioridade dos “clássicos” em detrimento das demais sociedades da época.

Palavras-chave: Recepções e usos do passado; Grécia Antiga; literatura; historiografia

ABSTRACT

Antiquity has been represented in different ways over the centuries by historians, writers, playwrights, visual artists, etc. In view of this, this paper aims to analyze the literary saga "Percy Jackson and the Olympians", published between 2005 and 2009, with five volumes, with the aim of understanding the reception and uses of the ancient Greek past by contemporary times, considering that the work portrays Ancient Greece as the founder of Western "civilization". Using the methodology of content analysis, the research aims to demonstrate how the work propagates the representation of exceptionality of the ancient classical world, constructed by modernity to compose a discourse in defense of the supposed linear continuity between past and present of a "single" History of the West, a proposition that emerged in the 19th century with nationalist and imperialist purposes of opposing the "West" to the "East". Thus, the research aims to contribute to the critique and deconstruction of reductionist and colonialist receptions of antiquity that affirm the superiority of the "classics" to the detriment of other societies of the time.

Keywords: Receptions and uses of the past; Ancient Greece; literature; historiography

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I: O MUNDO CLÁSSICO COMO SÍMBOLO: APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DA RECEPÇÃO E DOS USOS DO PASSADO A PARTIR DA INVENÇÃO DA TRADIÇÃO GRECO-ROMANA.....	14
1.1 A teoria da recepção: diálogos entre passado e presente.....	14
1.2 Usos do passado e as problemáticas da memória.....	19
1.3 As raízes do espírito grego da cultura ocidental: Os usos do passado grego antes do século XIX.....	22
CAPÍTULO II: HELENOMANIA E ASCENSÃO DO MODELO ARIANO NO PENSAMENTO EUROPEU OITOCENTISTA.....	28
2.1 Um novo olhar para os gregos: a queda do modelo antigo e a elevação do modelo ariano sob uma perspectiva política.....	28
2.2 “Nada mais grego que o alemão”: Nacionalismo e linguística na formação de uma recepção germânica da Grécia.....	36
2.3 Encruzilhadas entre helenismo e orientalismo: a apropriação do legado grego pelo imperialismo.....	40
CAPÍTULO III: O UNIVERSO GRECO-AMERICANO DE PERCY JACKSON E A JORNADA DO HERÓI PARA PRESERVAR O “OCIDENTE”: RECEPÇÃO E REFLEXOS DA POLÍTICA IMPERIALISTA AMERICANA NA LITERATURA DOS ANOS 2000.....	45
3.1 Novas trajetórias da historiografia antiga em contraposição ao helenismo ocidentalizante americano e seus reflexos na literatura infantil.....	45
3.2 Meio-sangues, deuses, monstros e <i>Empire state building</i> : Mescla cultural no mundo fantástico idealizado por Rick Riordan.....	50
3.3 O coração da chama Ocidental arde nos EUA: os discursos civilizatório, orientalista e das guerras culturais em Percy Jackson.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63

INTRODUÇÃO

A antiguidade clássica foi, ao longo dos séculos, alvo de admiração e inspiração pelas sociedades ocidentais modernas que viram nela um exemplo de “civilidade”, democracia e racionalidade que distinguia os gregos e os romanos das demais sociedades “bárbaras” da época. Com a criação dos estados-nacionais europeus e a sua expansão colonial para o Oriente a cultura greco-romana é especialmente valorizada e integrada a cultura ocidental moderna que enfatiza o papel dos gregos como os ancestrais que teriam fundado a própria identidade do Ocidente.

Entendemos os conceitos de Oriente e Ocidente doravante as formulações teóricas de Said (2007) que revela que se tratam construções humanas que surgiram de problemáticas identitárias, da confrontação do eu com o outro. Em seu livro monumental *O orientalismo* é destacado que o orientalismo é um “conhecimento” que serve aos desígnios do Ocidente que se autoafirma pela oposição ao Oriente e a sua identificação enquanto “civilização superior” pela herança grega que os orientais não detêm.

A criação de um modelo de História Universal que se inicia com a Grécia Antiga e segue linearmente os grandes eventos da Europa Ocidental até chegar na América com os processos de colonização do continente, foi amplamente difundido na historiografia oitocentista e inserido nos currículos da disciplina de História nas escolas. Esse modelo, denominado ariano pelo historiador Martin Bernal (2005), pautado pela corrente romântica de pensamento, pelo ideal de progresso e pelas teorias raciais, apagou os feitos de outros povos não europeus e não ocidentais, como por exemplo as influências egípcias e fenícias na formação da Grécia que eram relacionados a termos como “barbárie”, “exotismo”, “atraso” e “despotismo”.

Com os movimentos de descolonização e o avanço da ciência histórica, o modelo de História Universal foi derrubado e hoje as pesquisas que se dedicam a sociedade Grega antiga se diversificaram cobrindo temáticas anteriormente inexploradas como a história da vida privada, das mulheres, das relações da Grécia com os outros povos do mediterrâneo etc. Destaca-se como uma das inovações no campo a utilização das teorias da recepção, advinda da pesquisa literária e dos usos do passado para compreender como ao longo do tempo surgiram diferentes

percepções sobre a antiguidade Grega e como ela foi usada para justificação de políticas imperialistas.

Paralelamente ao conhecimento produzido pela academia há a presença da cultura grega na literatura, na arte, na filosofia, na arquitetura e no cinema. Existe uma abundância de releituras dos mitos e das histórias dos grandes personagens como Hércules, Júlio César, Cleópatra, Alexandre da Macedônia etc., que juntamente com as traduções para o português dos livros e peças escritas no período e a presença da arquitetura grega em prédios governamentais, como o palácio de Tiradentes que está localizado no Rio de Janeiro, simboliza a incorporação de traços do mundo grego antigo no imaginário e na cultura dos povos ocidentais contemporâneos a partir dos desígnios do presente que determina o que deve permanecer na memória e o que necessita ser esquecido, fazendo assim, uma reconstrução do passado.

A cultura de massa se define como uma cultura voltada para o popular (para todos) em contraposição a cultura de elite, que tem seus produtos voltados exclusivamente a classe erudita. Como também ligada ao desenvolvimento da indústria capitalista (Couto et al, 2008) que popularizou obras literárias e cinematográficas sobre acontecimentos históricos e mitos da antiguidade pouco preocupadas com veracidade histórica. Essas produções são compostas por enredos discrepantes do que é produzido na academia e do que é ensinado nas escolas, do qual o último sofre com a permanência do ensino tradicional e engessado da temática que apresenta lacunas no que tange o diálogo entre contemporaneidade e antiguidade, as mesmas por vezes são preenchidas por essas narrativas historicamente incongruentes.

Destacamos aqui o caso de obras voltadas ao público infantil, como a saga literária *Percy Jackson e os Olimpianos*, que se constituem muitas vezes como o primeiro contato de crianças e adolescentes com a antiguidade, influenciando em suas concepções sobre essa temporalidade. Portanto, o presente trabalho intenciona contribuir para uma reflexão acadêmica do impacto da cultura de massa no conhecimento histórico dos indivíduos e de como ela, por vezes, perpetua estereótipos, preconceitos e discursos colonialistas.

A obra *Percy Jackson e os Olimpianos*, composta por cinco livros escritos pelo escritor e professor de inglês Richard Russell Riordan Jr. (mais conhecido por Rick Riordan), apresenta em seu enredo um mundo contemporâneo em que os

deuses, monstros e heróis da mitologia greco-romana são reais e estariam vivendo nos Estados Unidos da América (EUA) em virtude de os deuses estarem intrinsecamente ligados à “civilização” ocidental. Desse modo, segundo o enredo, os deuses migram de lugar de acordo com a alteração do centro de poder do Ocidente, tornando-se assim, residentes nos Estados Unidos, mais precisamente acima do Empire States Building, arranha céu da cidade de Nova Iorque, pela razão deste país ser considerado a maior potência ocidental da atualidade. O conteúdo escrito por Rick Riordan nos mostra uma representação de um mundo contemporâneo em que passado e presente convivem juntos e são moldados um pelo outro, além disso, a obra é um exemplo da permanência de visões imperialistas acerca da História grega antiga ao declarar os EUA como herdeiro direto da civilização e império ocidental.

Na tese *Classics and white supremacy: How Percy Jackson Supports Narratives of Western Civilization, American Exceptionalism, and White Supremacy* (2023), em tradução livre, *Clássicos e supremacia branca: Como Percy Jackson Apoia Narrativas da Civilização Ocidental, do Excepcionalismo Americano e da Supremacia Branca*, a autora Peyton McNulty argumenta que a série de livros recupera discursos de excepcionalismo americano e branco para compor o seu enredo. Traçando paralelos entre os usos do passado antigos pelos americanos brancos do século XVII a XIX que tinha como intenção legitimar a escravidão e a expansão territorial para oeste e a narrativa da série infantojuvenil que apresenta marcos monumentais da História americana ao lado dos elementos da mitologia grega, a tese, que se concentra mais na análise do primeiro livro intitulado *O ladrão de Raios*, destaca os problemas de uma narrativa escrita para crianças promover um legado cultural ocidental de forma acrítica e enraizado em discursos de superioridade racial.

Diante do que foi exposto, a presente pesquisa propõe investigar como a obra literária *Percy Jackson e os Olimpianos* representa e dialoga com a antiguidade grega, com auxílio das teorias da recepção e dos usos do passado, a partir de um discurso ocidentalizante fundamentado em noções de etnocêntricas e colonialistas e de identidade nacional.

No primeiro capítulo, intitulado ***O mundo antigo como símbolo: Apontamentos sobre a teoria da recepção e usos do passado a partir da invenção da tradição greco-romana*** é abordado o desenvolvimento das teorias da

recepção e usos do passado enfatizando suas principais características e as possibilidades de investigação do passado que elas oportunizam, em especial, para o estudo da antiguidade greco-romana que foram utilizadas para a construção da tradição cultural ocidental. Por último, é apresentado as interpretações e os empregos da Grécia Antiga ao longo da História europeia desde Roma a fins do século XVIII.

O segundo capítulo, nomeado **Helenomania e ascensão do modelo ariano no pensamento europeu oitocentista** trata de como as mudanças ocorridas na Europa de fins de século XVIII e a ascensão dos Estados Nação e do Imperialismo forjaram um novo modelo de interpretação sobre a antiguidade que instituiu a Grécia como uma sociedade superior e original, sendo precursora das modernas “civilizações” ocidentais. Essa representação, como será visto ao longo do texto, justificou o preconceito racial e a dominação europeia sobre o Oriente.

No terceiro capítulo, cujo título é **O universo greco-americano de Percy Jackson e a jornada do herói para preservar o “Ocidente”**: recepção e reflexos da política imperialista americana na literatura dos anos 2000 é realizada a análise da recepção e usos que a série de livros faz da antiguidade grega. A partir da apresentação de antologias mitológicas que foram publicadas antes da obra de Riordan, é feito um panorama do desenvolvimento da literatura mitológica popular e de como se tornou um mercado rentável em que livros produzidos há 50 anos atrás ainda ganham novas edições. A investigação do conteúdo dos livros de Rick Riordan busca compreender como ocorre a presentificação do passado ao tornar a mitologia moderna como também como as recepções anteriores e o contexto histórico influem no enredo.

CAPÍTULO I: O MUNDO CLÁSSICO COMO SÍMBOLO: APONTAMENTOS SOBRE A TEORIA DA RECEPÇÃO E DOS USOS DO PASSADO A PARTIR DA INVENÇÃO DA TRADIÇÃO GRECO-ROMANA

Neste capítulo serão abordadas questões teóricas acerca das representações da Grécia Antiga ao longo do tempo; de como ela foi reinventada e cooptada para os mais diversos fins, do qual a fabricação de identidades que colocaram a Grécia em sua gênese é de vital importância para compreensão da formação da cultura ocidental contemporânea. Por isso, discutiremos dois modelos teóricos que objetivam entender os meios de como o passado é interpretado pelo contemporâneo: a teoria da recepção, criada no campo dos estudos clássicos, e a dos usos do passado.

De igual maneira, iremos apresentar por fim as representações e empregos do passado clássico na História da Europa desde Roma a meados do século XVIII dando ênfase as permanências e rupturas de concepção do antigo demonstrando que o conhecimento sobre o passado não é algo imutável, mas dependente do olhar daqueles que o estudam e das problemáticas sociais, políticas e culturais do contexto histórico. Assim, o capítulo está dividido em três tópicos, em que nos dois primeiros são apresentados os modelos teóricos da recepção e usos do passado e no último analisamos algumas apropriações do mundo grego.

1.1 A teoria da recepção: diálogos entre passado e presente

Quando falamos em Grécia Antiga é inevitável lembrar da frase “berço da civilização Ocidental” que, repetida milhares de vezes por professores e estudiosos, situou a sociedade nos primórdios da História do Ocidente a considerando parte vital da identidade cultural ocidental que foi construída principalmente por projetos políticos de elites e de Estados nacionais em ascensão nos oitocentos (Guarinello, 2019).

A construção da narrativa de um povo grego excepcional que teria construído um legado superior aos demais povos de sua época teve início no século XVIII com a alcunha “clássico” que diferenciou os gregos e os romanos, pela sua idealizada liberdade e democracia, dos egípcios e dos semitas que teriam sido regidos pelo despotismo, e, portanto, não poderiam atingir o nível de progresso alcançado pelas nações herdeiras do mundo clássico. Segundo Campos (2019), o rótulo clássico

está longe de ser um termo “natural”, dado que foi consagrado por F. A. Wolf, um filólogo alemão, e mesmo assim, tem seu significado pouco questionado, o que é perceptível pela permanência da utilização por acadêmicos que separam os conhecimentos concernentes à História greco-romana da Antiguidade Oriental.

Essa noção de superioridade serviu nos séculos XIX e XX como argumento legitimador de opressões imperialistas e políticas nacionalistas que privilegiaram na América uma História eurocêntrica e excluiu as contribuições de povos indígenas e africanos para a formação do Novo Mundo. Dussel explica como funciona o processo de dominação do colonizador sobre o colonizado a partir das narrativas de “civilização superior” *versus* “inferior”:

1. A civilização moderna autodescreve-se como mais desenvolvida e superior (o que significa sustentar inconscientemente uma posição eurocêntrica).
2. A superioridade obriga a desenvolver os mais primitivos, bárbaros, rudes, como exigência moral.
3. O caminho de tal processo educativo de desenvolvimento deve ser aquele seguido pela Europa (é, de fato, um desenvolvimento unilinear e à europeia o que determina, novamente de modo inconsciente, a “falácia desenvolvimentista”).
4. Como o bárbaro se opõe ao processo civilizador, a práxis moderna deve exercer em último caso a violência, se necessário for, para destruir os obstáculos dessa modernização (a guerra justa colonial).
5. Esta dominação produz vítimas (de muitas e variadas maneiras), violência que é interpretada como um ato inevitável, e com o sentido quase-ritual de sacrifício; o herói civilizador reveste a suas próprias vítimas da condição de serem holocaustos de um sacrifício salvador (o índio colonizado, o escravo africano, a mulher, a destruição ecológica, etcetera).
6. Para o moderno, o bárbaro tem uma “culpa” (por opor-se ao processo civilizador) que permite à “Modernidade” apresentar-se não apenas como inocente mas como “emancipadora” dessa “culpa” de suas próprias vítimas.
7. Por último, e pelo caráter “civilizatório” da “Modernidade”, interpretam-se como inevitáveis os sofrimentos ou sacrifícios (os custos) da “modernização” dos outros povos “atrasados” (imatuross), das outras raças escravizáveis, do outro sexo por ser frágil, etcetera (Dussel, 2000, p. 49 apud Ballestrin, 2013, p. 102)

Observamos, a partir da descrição de Dussel, que a colonização enquanto um discurso legitimador da opressão se sustenta pela dicotomia entre conceitos como: “civilizado” *versus* “bárbaro”, “moderno” *versus* “atrasado”, “progresso” *versus* “estagnado”, “democracia” *versus* “despotismo” etc., que criaram uma divisão no globo entre o Ocidente e o Oriente, que por mais que dê a impressão de ser uma divisão geográfica, é na verdade uma conceitualização que foi, ao longo do tempo, atribuída a espaços variados dependendo dos interesses políticos, coloniais e

identitários da Europa Ocidental. Um exemplo expressivo da maleabilidade desse esquema conceitual é a inserção dos Estados Unidos, uma antiga colônia, como parte do Ocidente e posteriormente, o país assume a dianteira como protetor dos valores culturais do que seria a “civilização” ocidental. Funari e Silva descrevem as mutações de sentido do conceito de Ocidente:

Ocidente, desde seu uso latino, é o lugar onde o sol cai ou morre, o Oeste, por oposição a Oriente, onde ele se eleva ou nasce, o Leste. Para além do sentido relacional, o termo podia designar o extremo ocidente, o Oceano, hoje diríamos Atlântico, em contraponto às terras a leste do Mediterrâneo oriental. Seria apenas com o Iluminismo e a invenção da contraposição entre superiores nórdicos arianos e os outros inferiores que surgiria Ocidente com c maiúsculo para designar algo sempre mal definido e em mudança (Funari e Silva, p. 04).

Com os processos de descolonização do chamado “terceiro mundo” os pressupostos de chamada História Universal e positivista, que determinaram a Europa como centro dos acontecimentos históricos, passa por críticas e desconstruções, tendo o surgimento de novas perspectivas e campos que centraram na História dos grupos marginalizados, a exemplo do surgimento do pós-colonialismo e do decolonialismo. A historiografia Antiga de igual maneira passou por revisões e ampliações do campo de estudos, ao romper com as representações reducionistas e colonialistas.

Surgem questionamentos sobre a relevância de se estudar um período tão distante da atualidade e que teria sido empregado em defesa de políticas de opressão do Ocidente sobre o Oriente e de elite sobre minorias étnicas, religiosas, raciais etc., que podem ser visualizados no caso brasileiro, que durante a produção da primeira versão da BNCC foi excluída a maior parte dos conhecimentos relativos à Antiguidade e a Idade Média. Das muitas defesas dos especialistas antiquistas, citadas por Moerbeck (2021), destaca-se que os conteúdos podem ser empregados como forma de reflexão e crítica dos modelos eurocêntricos e dos usos políticos do passado, fazendo com que os discentes compreendam que a sua própria História e identidade foram construídas a partir de um processo de ocidentalização que vai muito além do que é apresentado nas escolas como afirma Guarinello:

Nossa identidade ocidental não advém apenas do estudo da História, nem, em particular, do estudo da História Antiga. Ela faz parte de um movimento político e cultural mais amplo, inserido nas nossas instituições e nas nossas práticas culturais, em nossos hábitos, na língua que falamos, nas influências que recebemos do exterior, nos

filmes a que assistimos, na música que ouvimos, em nossas crenças religiosas, em nossa tolerância ou intolerância com o que é diferente de nós (Guarinello 2019, p. 8).

Portanto, para abarcar as novas concepções sobre antiguidade clássica que a apresentam como uma representação do passado fruto de construções sociais e culturais foram criados novos modelos teóricos, tais como a teoria da recepção e usos do passado. A teoria da recepção criada no campo dos estudos clássicos difere do modelo tradicional de interpretação dos textos, sendo o texto entendido “no sentido pós-estruturalista estendido, que pode significar uma pintura, ou uma cerimônia de casamento, ou uma pessoa, ou um evento histórico” (Martindale, 2006, p.3,)¹, do qual acreditava-se que o trabalho do classicista era encontrar o significado único e original dos textos clássicos, tal concepção é criticada pelos teóricos da recepção que defendem que o significado dos textos sofre alterações de sentido doravante como os indivíduos de cada temporalidade recepcionam o passado, em vista disso, a “experiência dos antigos não nos é transmitida de modo direto; em relação a ela, somos como um estrangeiro” (Silva; Funari; Garrafoli, 2020, p. 47).

Em 1993, foi publicado *Redeeming the Text* do classicista Charles Martindale que se caracteriza como o manifesto inaugural da teoria da recepção e que nos últimos anos vem ganhando espaço com publicações de livros, artigos e adentrando os currículos das universidades europeias e americanas, a exemplo dos painéis exclusivos para estudos da recepção na conferência anual da American Philological Association (Martindale, 2006, p.1). Segundo Hardwick (2003), a teoria foi inspirada na estética da recepção criada pelos críticos literários alemães Hans Robert Jauss e Wolfgang Iser que lançaram as bases de sua teoria crítica nas décadas de 1960 e 1970, da qual tem como princípio que uma obra não poderia ser investigada unicamente pelos aspectos ligados a sua produção, visto que o papel do leitor, que a interpreta através do seu “horizonte de perspectiva”; a sua experiência individual e social da época em que vive, é essencial para compreensão do texto original e suas possíveis adaptações e apropriações ao longo do tempo.

Outro teórico importante para a recepção foi Hans-Georg Gadamer que defendeu a inexistência de um significado puro do texto, por conseguinte acreditava que os textos eram impactados pelas diversas interpretações atribuídas a eles. Por exemplo, as pessoas que assistiram o filme *Tróia* (2004), dirigido por Wolfgang

¹ Tradução própria do original: “in the extended poststructuralist sense, that could mean a painting, or a marriage ceremony, or a person, or a historical event”.

Petersen, lerão a *Ilíada* com concepções específicas sobre o enredo e os personagens que se diferenciam das de outros indivíduos que nunca tiveram contato com adaptações da obra ou a conheciam por outros meios. Bakogianni (2016) relata que as interpretações formam novas narrativas que dão ao texto um caráter “pluralizante”:

A teoria da recepção rejeita a existência de um texto único, original, objetivo e fixo que tem de ser examinado como uma forma de arte pura, como argumentariam o neocriticismo e muitos teóricos pós-modernos. Em vez disso, na recepção, nós falamos em ‘textos’, no plural, porque, a cada vez que um texto é lido, ele está sendo recebido e interpretado de uma nova maneira. Isso tem se mostrado ser de especial valor para o estudo dos clássicos, em que os textos e a cultura material do mundo antigo sobrevivem apenas de forma fragmentária. Textos clássicos são em geral incompletos, controversos, recuperados de uma variedade de fontes e reinterpretados por cada geração de estudiosos de Clássicos. A recepção dos clássicos concentra-se na forma como o mundo clássico é recebido nos séculos subsequentes e, em particular, nos aspectos das fontes clássicas que são alterados, marginalizados ou negligenciados (Bakogianni, 2016, p. 115).

O ponto central da teoria da recepção, portanto, está no diálogo entre os textos; na relação entre o passado e o presente: não podemos compreender o presente sem o passado, da mesma forma que não há o entendimento do passado sem a intermediação com o presente, pois, os significados e as representações que concedemos ao antigo são forjadas no presente a partir de uma série de contatos e empréstimos com a “cadeia de recepções” (Martindale, 1993, p. 7, apud Silva; Funari; Garraffoni, 2020, p. 49), trata-se do conjunto de interpretações sobre determinado texto ou época, que se originou na própria antiguidade, da qual podemos dizer que os romanos foram os primeiros que recepcionaram e se identificaram com o passado grego.

Lorna Hardwick (2003, p. 40), ao relatar sobre a recepção da figura de Spartacus, traça as influências das cadeias de recepções anteriores sobre novas, na qual Karl Marx vai ser uma das principais referências para as narrativas sobre Spartacus no século XX, em vez dos escritos antigos. Marx depois de ter lido sobre o líder da mais famosa revolta de pessoas escravizadas na obra do historiador Apiano, afirmou que ele seria um dos seus heróis. A análise elogiosa de Marx sobre o evento, segundo Hardwick, levou stalinistas a comparem as rebeliões de escravizados romanos as revoluções contemporâneas, como a francesa e a russa. Ademais, a influência de Marx fez com que diversos grupos ligados a esquerda

utilizem a figura de Spartacus de maneira simbólica. A classicista Hardwick desenvolveu sua análise analisando exemplos de críticos ao Stalinismo, os quais, de igual maneira, se apropriaram de figuras do passado grego, como o escritor Arthur Koestler, que traz a rebelião de Spartacus como um movimento que perde seus valores nobres e se transforma em tirania.

Percebemos a cadeia de recepções nas variações de interpretação que estão relacionadas tanto as narrativas anteriores como as demandas do contexto histórico em que elas ocorrem. No caso dos stalinistas há um resgate da celebração da figura de Spartacus, realizado inicialmente por Marx, com o fim de identificar no passado um movimento com características revolucionárias que fosse análogo à revolução russa. Já no contexto de Koestler, em que se tem uma opinião geral de que o Stalinismo teria perdido as virtudes originais da revolução, há uma inversão da narrativa que não mais glorifica Spartacus e que destaca as contradições que surgem ao longo da rebelião.

Em outras palavras, a recepção consiste em um processo bidirecional de compreensão (Martindale, 2024, p. 171)² entre passado e presente, das quais as narrativas do passado produzidas pelo presente possuem traços das representações anteriores.

1.2 Usos do passado e as problemáticas da memória

No artigo intitulado *Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte*, Stoiani e Garraffoni (2021) fazem uma análise de como o regime napoleônico utiliza da arqueologia para definir a identidade da nação francesa e legitimar o poder de Napoleão através da apropriação de símbolos romanos, gregos, egípcios e celtas. Conforme nos é explicado ao longo do texto, há um enorme investimento do Estado francês em estudos sobre a História, cultura e artes desses povos da antiguidade, como é o caso das escavações em Pompéia e Herculano e da missão francesa no Egito, em que ocorre a descoberta da famosa “Pedra de Roseta”. Além disso, Stoiani e Garraffoni (2021, p. 72) chamam atenção para os usos artísticos e estéticos da cultura clássica, especialmente no que tange a construção de monumentos na cidade de Paris que demonstram a intencionalidade de traçar paralelos entre o

² Tradução própria a partir do original: “a two-way process of understanding”.

“glorioso” império romano e o herdeiro de seu legado o império francês. Isso é expresso na citação abaixo:

O Arco do Triunfo do Carrossel (1806-1808) e a Coluna Vendôme (1806-1810), ambos construídos para celebrar a vitória das tropas napoleônicas na Batalha de Austerlitz (1805), foram inspirados em monumentos da Roma antiga, no caso o Arco de Septímio Severo (do qual o arco parisiense é uma cópia reduzida) e a Coluna Trajana (onde está representada a expedição do imperador romano Trajano contra os Dácios) (Stoiani; Garraffoni, 2021, p. 72).

O trabalho das historiadoras elucidada como a antiguidade foi empregada como parte das narrativas que sustentaram a criação das identidades nacionais europeias e como argumento em favor do imperialismo, sendo assim, as apropriações da antiguidade detêm um papel relevante na política e na cultura moderna e seu estudo tem a potencialidade de revelar os mecanismos discursivos dos Estados nacionais e do colonialismo. Belleboni-Rodrigues (2017, p. 159) afirma que reelaborações da antiguidade como as do período napoleônico não são apenas recepções, mas sim criações ideológicas com usos políticos práticos.

Diferentemente da teoria da recepção que tem foco no diálogo entre passado e presente, o campo de usos do passado, que tem sua origem na teoria social, investiga as intencionalidades por trás dos movimentos de apropriação sejam eles políticos, culturais, sociais etc. Usos do passado pode ser definido como “uma forma de recepção entre outras possíveis, na qual a mobilização/reutilização do passado assume um caráter pragmático e instrumental” (Silva; Funari; Garraffoni, 2020, p.45).

A reutilização do passado de forma instrumental assume as mais variadas formas: uma fachada de um prédio governamental, uma história em quadrinhos, em cédulas de dinheiro, um filme e até mesmo em um meme, tendo o último uma ampla capacidade de popularizar uma versão infundada e mal-intencionada do passado. Durante os séculos XVIII e XIX a ciência arqueológica foi um dos mais notáveis instrumentos de poder e de criação das identidades nacionais, como é atestado por Barbosa:

[...] a Arqueologia seria filha do nacionalismo, do colonialismo e do imperialismo. Devido a sua subordinação à sociedade ou, aos grupos dominantes, torna-se clara sua dependência frente a esses, para a obtenção de verbas e do apoio institucional necessários ao desenvolvimento da pesquisa arqueológica. Sob influência do nacionalismo do século XIX, a Arqueologia tem no modelo histórico-cultural sua teoria mais difundida. A partir da noção de que

cada nação seria composta de um povo (grupo étnico, definido biologicamente), um território delimitado e uma cultura (entendida como língua e tradições sociais), formou-se o conceito de cultura arqueológica (Barbosa, 2009, p.65-66).

Os estudos historiográficos dessas e outras fontes procuram perceber não só os porquês de tal acontecimento ou cultura ter sido apropriado, mas como tais interpretações o moldaram para se encaixar no contexto presente, levando em consideração questões da memória, esquecimento e identidade. De acordo com Guarinello (2019, p. 9) a memória, dividida entre individual e social, é integrada pela lembrança e o esquecimento. A lembrança é apoiada pelos vestígios dos acontecimentos passados que ao passar pelo processo de recordação se tornam lugares de memória, vale salientar que o esforço de manter algo na memória, principalmente quando se trata da memória social que é compartilhada por várias pessoas, não é inconsciente e de igual maneira os esquecimentos podem ser intencionais, pois, a memória por vezes exerce a função de construir a identidade de um grupo ou de uma nação que necessita de um esforço constante de manutenção de uma recordação alinhada aos seus interesses para preservar a união e coesão grupal e também para legitimar um grupo em frente a outro rival.

A memória se relaciona com o campo dos usos do passado devido o caráter instrumental dos lugares de memória, como no caso dos monumentos que tem a função de resgatar um personagem ou acontecimento do passado para glorificar e dar sentido ao presente e pelas confrontações de narrativas contrastantes sobre o passado que se alicerçam na memória. Um exemplo de conflito de memória foi o incêndio, ocorrido em julho de 2021, da estátua de Borba Gato pelo grupo Revolução Periférica (Mercier, 2021). A estátua foi inaugurada no ano de 1963 e fez parte de um movimento de homenagens aos bandeirantes que durante boa parte do século XX foram vistos como heróis que construíram o estado de São Paulo a partir do desbravamento dos sertões.

Entretanto, a construção da identidade paulista relacionada aos bandeirantes é duramente criticada por intelectuais e movimentos negros e indígenas que ressaltam a participação de Borba Gato e de tantos outros para a escravização dos povos originários e negros. Assim, o incêndio foi um ato político contra a lembrança romântica dos colonos que por anos apagou as controvérsias das bandeiras da História oficial. O ato promovido pela Revolução Periférica foi palco de inúmeras

discussões entre aqueles que defendem a validade da conservação de monumentos ligados a escravidão, sob a argumentação de que fazem parte do patrimônio histórico e os que apelam pela derrubada das estátuas de figuras coloniais declaram que a manutenção desses símbolos conserva uma versão heroica da memória bandeirante não condizente com o que a historiografia relata sobre as expedições para o interior do Brasil.

Ao refletirmos sobre os usos da antiguidade greco-romana seja como artifício político ou como um conjunto de valores e costumes que deveriam ser adotados por indivíduos “civilizados” é notável que percebamos que suas utilizações não foram somente pontuais, mas que perpassam por épocas e contextos distintos. Enquanto estamos acostumados a vê-la como a originária de uma cultura ocidental globalizada, os usos do passado nos mostram que nem sempre tivemos tal concepção enraizada na memória social.

1.3 As raízes do espírito grego da cultura ocidental: Os usos do passado grego antes do século XIX

Muito antes da Grécia Antiga ser denominada clássica, o seu legado, que consiste no conjunto de suas produções culturais, filosóficas, literárias, poéticas, científicas etc., já era discutido, imitado e adaptado por outras sociedades tanto da antiguidade como de outras temporalidades. A antiga Roma, se constituiu como uma das sociedades que mais se aproveitaram do legado grego e é, por conseguinte, da sua recepção da Grécia que há o desenvolvimento posterior da tradição greco-romana por toda a Europa. Mas, o que seria essa tradição? e por quê greco-romana?

Comumente observa-se referência das duas sociedades em uma única unidade, sendo que, embora compartilhassem semelhanças culturais, tiveram histórias diferentes: a Grécia fora o espaço da pólis; da cidade-estado autônoma que conservava instituições próprias em singularidade das demais, como exemplifica tão bem a Atenas democrática da Esparta oligárquica; e Roma fora uma cidade ao mesmo tempo que um império que em seu auge buscou uma homogeneização identitária frente a pluralidade étnica de suas províncias. Em contraponto às dessemelhanças apontadas, tem-se o ato consciente de apropriação do aparato cultural e histórico grego pelos romanos que nele se inspiraram para produzir suas próprias inovações em áreas distintas, como no teatro e na medicina. Isso é

explicado por Silva, Funari e Garrafoli (2020, p. 44) que, ao definirem as recepções e utilizações da cultura grega, usam o termo “simbiose”, que vem das ciências naturais e pode ser entendido como associação entre dois entes que gera, por vezes, uma cooperação benéfica para ambos.

Uma das recepções mais famosas realizadas pelos romanos é a obra *Eneida* (século I a.c.), escrita por Virgílio, que conta as aventuras do herói Enéias desde sua fuga da Tróia derrotada pelos helenos à sua chegada à península itálica, onde tornou-se o ancestral dos romanos. O enredo do épico de Virgílio retoma a guerra de Tróia não só para publicar uma história que estivesse no mesmo patamar da *Ilíada* de Homero, o maior poeta grego, mas também tinha o objetivo de resgatar um dos acontecimentos mais marcantes para a construção da identidade grega, tendo em vista que o conflito com os troianos unificou as pólis gregas em detrimento de um inimigo comum. Ao estabelecer uma conexão entre a História de Homero e a fundação da cidade Roma, gera-se um novo mito que forja um vínculo inabalável entre os romanos e os gregos, pois se constituiriam um só povo (Beltrão; Davidson, 2010, p. 201).

O interesse dos romanos em destacar uma ancestralidade grega não estava somente alinhado à recepção da cultura grega. Por um longo período, o império romano esteve centrado na expansão territorial que formou um império de proporções gigantescas e isso resultou em povos que não viviam na península itálica conquistando a cidadania romana. Para que esse vasto território se mantivesse unido era necessário que os vários povos que viviam nas províncias compartilhassem elementos culturais em comum, por isso, os imperadores promoveram estímulos ao crescimento do culto aos deuses romanos - posteriormente do cristianismo - e determinaram políticas para a construção de uma identidade greco-romana, como nos é relatado por Bolgar:

O surgimento dessa nova versão da cultura grega com base em outra língua foi talvez o resultado mais importante da tentativa de Roma visando a unificar o mundo mediterrâneo. O esforço de imitação dos romanos cobria uma ampla área, compreendendo principalmente a literatura, o pensamento, o conhecimento científico e as belas-artes (Bolgar 1998, p. 467).

Bolgar (1998) nos chama a atenção para o fato de que a apropriação da cultura grega pelos romanos não apenas trata-se de uma imitação, mas da criação de uma nova cultura de caráter híbrido: parte grega e parte latina. A escolha por

desenvolver uma cultura híbrida no império não foi arbitrária. Segundo Guarinello (2009, p. 154), foi pautada na questão de que no espaço mediterrâneo oriental predominava o grego como maior influência linguística, pois exercia a ponte para conexão entre as sociedades da região. É necessário pontuar que muitas sofreram um processo de helenização durante o período de dominação macedônica em localidades como Egito e Pérsia, que teve maior impacto entre as elites que passaram a se educar na língua grega e a ler escritos dos grandes filósofos da época.

É necessário apontar que não só os romanos tinham interesses na hibridização das duas culturas, como os gregos tiveram uma participação de destaque nesse processo. Isso é evidenciado por Hartog (2003, p. 80) que ao analisar as contribuições de eruditos como Estrabão e Dionísio de Halicarnasso para as reflexões sobre o passado grego enfatiza as tentativas de fundar uma tradição comum às duas sociedades, tal feito tinha como objetivo legitimar o lugar de destaque das elites gregas que estavam presentes em pontos centrais do império, como em Alexandria no Egito, das quais ao se reconhecerem como ancestrais de Roma viam o império romano como extensão de suas conquistas históricas.

O helenismo da época de Alexandre demonstrara o potencial político de unificação de povos sob o domínio de um governo imperialista de identidade cultural grega, devido que promoveu o pensamento de que ser grego ia além do que nascer na Grécia, era, na verdade, viver como um grego: falar sua língua, cultuar os deuses olímpicos e seguir os preceitos morais. A experiência alexandrina serviu de base tanto para os romanos que já tinham um sistema do qual poderiam empregar para fins políticos como para as elites gregas do mediterrâneo oriental que mantiveram sua posição de dominação.

Com a elevação do cristianismo a religião oficial de Roma o legado grego passa em parte a ser combatido devido a religião grega ser considerada uma heresia, entretanto, o arcabouço teológico da igreja cristã que estava se formando foi fundamentado na filosofia grega, em especial, no pensamento platônico. Em outras palavras, por mais que se tenha convencionado a visão simplista de que durante a antiguidade tardia e idade média houve uma ruptura com a tradição grega, que só ressurgiria com o movimento renascentista, o que ocorreu de fato foi a exclusão na região da Roma Ocidental de textos gregos que poderiam levar a heresia (Bolgar, 1998, p. 471).

Além disso, a recepção da antiguidade grega pela Europa ocidental vai ser mediada pelas obras em latim, dado que a maioria dos eruditos da alta idade média não tinham conhecimentos suficientes no grego para produzir traduções. Isso é expressivo pelo fato de a maior parte dos textos sobreviventes da antiguidade em grego vieram do Bizâncio e dos estudiosos árabes, pois na Europa oriental a tradição grega, com destaque em seus aspectos científicos, não deixara de ser preservada, mesmo não tendo mais o valor identitário que possuía no apogeu do império romano.

O que ocorre no período medieval é a substituição da identidade greco-romana pela identidade universalizante do cristianismo (Anderson, 2008, p. 39), que não rompeu totalmente com a anterior, mas apresenta diferenças significativas, tornando o latim a linguagem sacralizada a ser difundida como cultura dominante em toda a cristandade.

O renascimento, que começa a ser delineado em fins do medievo, se apresenta como um movimento que se relaciona de maneira antagônica com a idade média, que passa a ser representada como “idade das trevas”, caracterizada como uma época de obscurantismo em que o progresso humano e científico teria paralisado. Então, a carência de um modelo no passado recente do qual pudessem desenvolver o seu humanismo gera um massivo interesse pelo mundo antigo que se desdobra no número crescente de traduções dos textos gregos para o latim e línguas vernáculas. Segundo Guarinello, a “(re)descoberta” da antiguidade que “fornecia novos padrões estéticos, novas formas de pensar as relações entre sociedade e Estado, de valorizar a riqueza e o comércio, de projetar novos futuros” (Guarinello, 2019, p. 18), foi relevante para criação da sociedade moderna que teve como valor a racionalidade e rompeu com a identidade universal cristã.

Não só se tem a tradução e por conseguinte um maior saber da antiguidade greco-romana como são impressas inúmeras obras de renascentistas que adaptaram traços dos textos antigos para a suas próprias produções literárias e artísticas que estabelecem a Grécia como o símbolo de um passado glorioso que deveria ser imitado para o progresso do presente. Um dos defensores desse pensamento é Maquiavel, que via a História como *Magistra vitae*, capaz de nos legar exemplos a serem seguidos (Bonfá, 2016, p.16).

Nos séculos XVII e XVIII, a Grécia do renascimento pautada na recepção de sua arte, cultura e valores é suplantada pela apropriação política do antigo, que

segue duas direções. A primeira refere-se ao estudo das características dos governos democráticos e republicanos pelos iluministas que se opunham ao absolutismo monárquico e desejavam formar uma nova pólis na Europa e na América (como no caso dos colonos norte-americanos). Bolgar em seu trabalho sobre o impacto do legado grego desde Roma até o início dos oitocentos, apresenta admiração iluminista pelos clássicos:

Os homens do Iluminismo conferiram ao mundo antigo algo de respeito que as gerações anteriores haviam devotado à Bíblia. Gostavam de citar precedentes arcaicos para as metas que traziam na alma. Os colonos americanos, ao se rebelarem contra Jorge III, e, mais tarde, os jacobinos franceses alardearam grande admiração por Esparta. Nós os encontramos mantendo a simplicidade e a disciplinada audácia dos espartanos como modelo que seus contemporâneos deveriam seguir (Bolgar, 1998, p. 502).

A segunda direção está atrelada a colonização da América e a escravização dos povos indígenas e africanos que ocasionou os usos da antiguidade greco-romana em discursos sobre etnicidade e racismo. Tem-se as primeiras concepções fundantes da divisão moderna do mundo entre Ocidente e Oriente, como a ideologia da “missão civilizatória” que se refere a pretensa capacidade inata do homem europeu branco de dominar outras “raças” devido a sua pretensa superioridade racial, religiosa, política, histórica e cultural.

Novamente a tradição grega é empregada como formadora de uma identidade, só que diferentemente da recepção romana, que a adaptou para unificar seu vasto império, os países europeus ocidentais como Grã-Bretanha, Alemanha e França tinham como objetivo legitimar a ocupação dos territórios de povos “inferiores” e “bárbaros” a partir do conhecimento “científico”, por isso que em meados do século XVIII e por todo o século XIX ocorre um renovado interesse em estudar a História da antiguidade tanto Ocidental como Oriental. Isso é perceptível com as publicações das primeiras pesquisas historiográficas do mundo clássico, do qual Edward Gibbon com sua obra *Declínio e queda do império romano* foi o precursor. Outras áreas que se destacam são a arqueologia, que já foi citada, e a filologia, de que a descoberta da linguagem indo-europeia impulsiona a ideologia da superioridade branca.

Concomitante às pesquisas em antiguidade clássica há o aparecimento do orientalismo moderno que é um campo de pesquisa sobre o Oriente criado pelos europeus e alinhado às suas pretensões imperialistas. Iniciado com a missão

francesa no Egito (1798) e da escrita dos 25 volumes que compõem à série *Description de l'Égypte*, cooperou com a elaboração de uma descrição do Oriente como mítico e “atrasado” e acumulou os conhecimentos suficientes para a criação de uma estrutura de dominação do Ocidente sobre o Oriente (Said, 2001, 29).

Em síntese, as recepções e apropriações da Grécia Antiga geram, para a contemporaneidade, mais do que a História de um país ou de um conjunto de pólis, a tornam o elemento unificador de todo um continente e posteriormente de metade do globo, representando os ideais contemporâneos do Ocidente que com as revoluções francesa e industrial fundaram uma cultura da “liberdade” e do “capital”. Discutiremos no próximo capítulo a emergência nos séculos XVIII e XIX da representação da Grécia como “berço da civilização” que unificou a Europa sob o discurso de superioridade ocidental.

CAPÍTULO II: HELENOMANIA E ASCENSÃO DO MODELO ARIANO NO PENSAMENTO EUROPEU OITOCENTISTA

No presente capítulo será realizada uma análise sobre a construção de uma representação da antiguidade que diferentemente da recepção renascentista, a qual retoma a Grécia como modelo para os valores humanistas, morais e estéticos de uma sociedade que desejava desvincular-se das “trevas” do mundo feudal, é criada a partir das intensas transformações ocorridas na Europa de finais do século XVIII. Nesse período, denominado de “Era das revoluções”, ocorre a aniquilação a monarquia absolutista e a edificação, em seu lugar, de uma sociedade pautada nas concepções de modernidade, cientificidade, progresso e democracia.

Para dar sustentação às novas formas políticas, sociais e culturais que vão ser delineadas ao longo do século XIX, tem-se a reapropriação do mundo greco-romano que passa a ter um caráter político, sendo utilizada para dar legitimação a formação dos estados-nacionais e para o imperialismo. Como será apresentado a seguir, esse uso da antiguidade grega resulta em inúmeras consequências, entre elas iremos observar a formulação de um modelo de compreensão da antiguidade grega (modelo ariano) que, a serviço do colonialismo, definiu a Grécia como “civilização” puramente europeia obscurecendo sua formação multicultural de influências africanas e orientais.

2.1 Um novo olhar para os gregos: a queda do modelo antigo e a elevação do modelo ariano sob uma perspectiva política

O século XIX é conhecido pela consolidação do paradigma científico que se expressa na área de humanidades pela abertura de cursos nas universidades; um feito de suma importância para a consolidação de disciplinas como a História que ganharam o *status* de conhecimento científico. Dentre os campos que surgem nesse contexto é notável a posição de destaque da História Antiga, especialmente a clássica, que foi alvo de estudos de historiadores, arqueólogos, filólogos, filósofos etc. A efervescência helenista é característica dessa época a qual Martin Bernal (2003) classifica como “helenomaníaca” devido ao fascínio pela cultura grega expresso não só pelos estudiosos como também por romancistas, poetas e artistas no geral.

O reavivado deslumbre pela cultura greco-romana se inicia pelos iluministas que se utilizam dos exemplos da república e da pólis democrática para tecer suas críticas ao regime absolutista e ao cristianismo, como comentado por Falbel (2020) e por Trabulsi (1998). Falbel (2020, p. 32) relata que para o filósofo Rousseau o Estado ideal não era o monárquico e sim o da pequena república grega representada por Atenas que refletia os valores da cidadania e da democracia e que, portanto, deveria tornar-se exemplo para o estabelecimento de um governo em que o poder legislativo pudesse ser exercido para todos os cidadãos.

Trabulsi (1998, p. 206-207) enfatiza o papel da apropriação do passado grego para laicização da História que era permeada pelas concepções cristãs que colocavam a religião no cerne das preocupações humanas e que consideravam o antigo testamento como fonte incontestável da História autêntica. As críticas da ilustração se tornam as bases para os movimentos revolucionários como a Independência dos Estados Unidos e da Revolução Francesa que abalam as estruturas sócio-políticas vigentes que asseguravam a permanência dos reinos dinásticos hierárquicos de providência divina e estabeleceram em seu lugar as Repúblicas, logo depois se desdobraram em Estados-nações, que se baseiam ideologicamente na ideia de igualdade entre seus pares (Anderson, 1983, p.34).

Os usos da antiguidade nos debates políticos ganham força redobrada durante o período revolucionário francês em que os seus idealizadores ao perceberem que viviam em uma conjuntura inteiramente nova procuraram na Hélade um modelo para sua República moderna da qual eles pudessem tornarem-se herdeiros de uma tradição distinta. Entre os jacobinos, como Robespierre e Saint Just, houve uma predileção pela Esparta do reformador Licurgo enquanto girondinos, como Desmoulins, viam na Atenas de Sólon o exemplo a ser imitado pela pátria francesa. Naquela os cidadãos participavam da assembleia, mas era a classe “burguesa/aristocrática” que dominava os cargos de magistratura (Trabulsi, 1998). Hartog comenta as disputas ideológicas entre os grupos revolucionários e suas apropriações da antiguidade:

A Revolução Francesa pode ser vista como a última grande querela dos antigos e dos modernos: querela política, focalizada sobre a questão da liberdade, mas onde, no fundo, cada qual se pretendia moderno. Os revolucionários, os jacobinos, queriam se decididamente modernos, e se lançavam mão das antigas repúblicas, era justamente com o fito de se tornarem plenamente modernos. Ora, seus adversários, os termidorianos (ou liberais), iriam retorquir-lhes:

Nós somos os verdadeiros modernos; vocês não são nem modernos, já que desejam fazer da França uma nova Esparta, nem antigos, pois a Antiguidade que vivem a invocar não era o que vocês proclamam que foi. O que vocês chamam liberdade era, na realidade, despotismo. Essa confusão de lugares e tempos e essa ilusão conduziram-nos, e com vocês a França, ao equívoco sangrento do Terror (Hartog, 2003, p.142).

Hartog (2003) nos explica que o interesse dos idealizadores da Revolução não era recriar na França uma pólis republicana mas que a apropriação da antiguidade se justificava para comparação e compreensão da contemporaneidade que tinha como principais preocupações a manutenção do novo regime e como deveria ser estruturada a participação dos cidadãos na política. Em outras palavras, da França revolucionária originou-se um novo olhar para o passado que teria como missão legitimar os aparatos políticos, sociais e culturais da sociedade moderna que para os franceses da Revolução se traduziu no apoio à pátria, a cidadania, as reformas jacobinas, a democracia e a liberdade.

Para compreendermos como a recepção da antiguidade grega através de sua expressão nos estudos clássicos se torna fundamental para a cultura europeia ocidental do século XIX é necessário fazermos uma reflexão sobre a obra do pesquisador Martin Bernal, que, em 1987, publicou uma obra seminal para área de antiguidade, a saber: *Black Athena: The Afroasiatic Roots of Classical Civilization, Vol. 1: The fabrication of Ancient Greece*, que ainda não apresenta versão em português, mas pode ser traduzida da seguinte forma: *A Atena Negra: As Raízes afro-asiáticas da civilização clássica, Volume 1: A fabricação da Grécia Antiga*. A relevância do estudo está na crítica ao modelo dominante de interpretação da Grécia Antiga que surgiu em meados do século XIX e que permaneceu como tradição incontestável ao longo da primeira metade do XX, esse modelo defendia a pureza étnica indo-europeia dos helenos que teria se transformado em uma das maiores “civilizações”, quiçá a mais grandiosa, sem ter sofrido influências das outras sociedades mediterrâneas em suas origens.

A tese principal de Bernal (1993, p. 29-30) é que existem dois modelos explicativos criados para tornar o passado grego antigo inteligível, são eles: o modelo antigo e o modelo ariano. O modelo antigo foi predominante até meados do século XVIII, quando a Grécia passou a ser reverenciada como a primeira “civilização” que teria iniciado a “chama” da cultura europeia ocidental, que

orgulhosamente os povos ocidentais modernos a ostentavam como seus legítimos herdeiros. O descarte desse modelo não levou em conta de que era apoiado por escritos de autores como Heródoto e fontes como lendas, topônimos, ritos religiosos e dados linguísticos que afirmavam que a Grécia Antiga é um produto de um intenso intercâmbio cultural entre povos autóctones, de língua indo-europeia, egípcios e semitas.

O modelo Antigo é duramente criticado no século XIX em que os estudiosos da época o consideraram incongruente e pautados pela ciência da filologia, que manteve laços estreitos com a área de estudos clássicos e foi salutar para a inserção das teorias raciais no meio acadêmico das ciências sociais, estabeleceram o modelo ariano que apagou as contribuições egípcias e, posteriormente já no século XX com o desenvolvimento do antissemitismo, fenícias para a cultura grega que teria sido criada a partir das invasões de povos do Norte que eram falantes de língua indo-europeia. Bernal (1993, p. 30-31) aponta o historiador alemão Karl Otfried Müller (1797-1840) como o responsável pela queda do modelo antigo ao desconsiderar todas as evidências de que teriam acontecido influências orientais no período da idade de Bronze.

Funari (2003, p. 6) ao apresentar a tradução de um artigo publicado por Martin Bernal para o português comenta que a realização da análise crítica da historiografia da antiguidade do autor apresentou os traços racistas e coloniais dos estudos clássicos oitocentistas. Fato explícito nos escritos dos eruditos que colocam as teorias raciais darwinistas a serviço da construção das identidades nacionais em oposição ao outro representado como “degenerado”, “bárbaro” e “inferior”. Um desses estudiosos que desponta por associar os feitos e capacidades humanas a uma ideologia racial é o filósofo Johann Gottfried von Herder (1744-1803), como vemos no trecho a seguir:

As forças vivas do homem são as molas da história humana, e como o homem tem sua origem a partir de, e dentro de, uma raça, a sua formação, educação e modo de pensar são desde logo genéticos. Daí aqueles caracteres nacionais específicos que, profundamente gravados nos povos mais antigos, manifestam-se inequivocamente em toda as suas realizações sobre a Terra. (Herder, 1984, p. 43-44 apud Hering, 2006, p. 95)

Herder (1984) argumenta que a História é edificada pela força humana, a qual seria inerente a uma raça que determinaria geneticamente as qualidades e as

imperfeições do indivíduo, isso implica dizer que os grandes feitos só podem ser produzidos pelas “raças superiores” que estavam destinadas a se sobressair das demais “impuras” e/ou “inferiores”. A questão racial é particularmente expressiva na cena acadêmica alemã no século XIX e na primeira metade do XX, que teve especial interesse pelas suas origens étnicas e com a descoberta da língua indo-europeia são feitas proposições de que os alemães seriam os legítimos herdeiros do povo indo-europeu denominado Ariano que seria responsável pelas maiores conquistas da humanidade (Hering, 2006, p. 96).

Conseqüentemente, os classicistas não poderiam aceitar o fato de que haviam ocorridos assentamentos egípcios e fenícios na Grécia porque seria o mesmo que reconhecer que os helenos fosse um povo “mestiço”, o que destruiria os ideais de pureza, civilidade, progresso e originalidade infundidos a eles e que eram basilares para a identidade cultural ocidental que estava em processo de formação. Por isso, qualquer fonte que afirmasse substancial influência oriental na cultura grega era duramente criticada e sua veracidade negada.

Silva (*et al*, 2017, p. 133) chama atenção para os problemas de representações que buscam dar sentido a uma identidade étnica, como a que foi criada pelo modelo ariano, pois elas geram um - sentido pseudo-histórico de continuidade - que homogeneíza o passado e cria uma imagem diferente do que a Grécia foi: um território multiétnico de cidades-estados que mantinham suas peculiaridades mesmo tendo uma cultura comum. Deve-se destacar que seus povos mantiveram relações estreitas com o oriente, e em vista disso, Bernal (1993) a classifica como uma “civilização” médio-oriental.

O autor de *Black Athena* (2003, p. 14) discute que para a queda do modelo antigo foram fundamentais, além do racismo, o romantismo e o conceito de progresso. O romantismo, muito mais que uma tendência artística, foi uma emergência histórica; um evento histórico social (Guinsburg, 1993, p. 14) que esteve entrelaçado com a mentalidade e política europeia do século XIX que tinha como objetivo construir identidades nacionais. Percebe-se o tema da nação nas obras românticas ao perscrutar suas características principais que é o louvor a natureza, as virtudes da pequena comunidade e a cultura distinta de um determinado território. Em sua oposição ao iluminismo, que defendia as virtudes de grandes impérios como Roma, China e Egito, os românticos expressavam nostalgia pelas comunidades primitivas e “juvenis” que em vez de serem exemplos de “civilização” eram de

cultura. A relação entre cultura e natureza no Romantismo é explicada por Guinsburg:

[...] Procedendo a uma espécie de “onticização” fenomenológica das características e das expressões grupais, o Romantismo, na sua pretensão historicizante, aglutina as sociedades em mundos, comunidades, nações, raças, que têm antes culturas do que civilizações, que secretam uma individualidade peculiar, uma identidade, não de cada indivíduo mas do grupo específico, diferenciado de quaisquer outros. Já no Pré-Romantismo, sobretudo sua face historicista, essas manifestações começam a salientar com Herder, por exemplo, na Alemanha, a fusão de natureza e cultura nas peculiaridades do povo teutônico, da raça nórdica, as quais teriam marcado as suas produções em diferentes épocas com o selo do seu *volksgeist*, “Espírito do Povo” (mitologia germânica, Lutero, Shakespeare, etc...) (Guinsburg, 1993, p.15).

Como dito por Guinsburg, os romantistas tinham como objetivo expressar a essência de um povo, a sua identidade que estaria ligada a uma cultura e território de origem. Pois, era teorizado que o meio-ambiente condicionava os indivíduos a possuírem determinados aspectos, o que para eles dividia o mundo entre as nações virtuosas e degeneradas, algo que, por ser “inerente”, não poderiam ser alcançado por meio da educação, por exemplo. Particularmente, acreditava-se que as regiões do Norte de clima frio e que detinham cadeias montanhosas eram lugares onde o gênio humano poderia desenvolver-se em plenitude, no qual os gregos foram colocados em destaque como o maior exemplo “nação” setentrional a ser resgatada pelos estados-nações modernos (Bernal, 2003, p. 14).

Essa ideia de determinismo ambiental não foi algo criado pelos modernos, é um pensamento que pode ser observado na Atenas Clássica (V a.c. a IV a.c.), quando se empregava do mito de autoctonia para distinguir os seus cidadãos, tanto dos metecos (estrangeiros) que residiam na pólis, quanto como forma justificar uma pretensa superioridade das demais sociedades por seus habitantes serem gregos “puros”. Em outras palavras, os atenienses seriam um povo ímpar por terem nascido na sua terra que lhes tinha condicionado grandes atributos ao mesmo tempo que por não terem se misturado com outras etnias não teriam herdado os seus vícios (McNulty, 2023, p. 38-39).

Destarte, o determinismo ambiental funcionou como uma maneira de estabelecimento de identidade que ligava as pessoas ao seu território natal enquanto se confronta com o “outro” que, por não possuir a mesma origem, é visto como incapaz de possuir as mesmas qualidades mesmo que vivesse no local por

décadas. Em Atenas, a autoctonia tinha não só implicações discursivas como havia uma importante questão política envolvida, devido ao fato de a participação na assembleia e o reconhecimento como cidadão era exclusivo para quem tinha nascido na cidade-estado, cuja ascendência, tanto materna como paterna, deveria ser ateniense (Neto, 2020).

Um exemplo moderno de desdobramento político da teoria ambiental é exposto por Anderson (2008, p. 101) na hierarquização social realizada pela administração colonial espanhola, a qual dividiu socialmente os nascidos na Espanha, chamados de Peninsulares, e os nascidos na América, filhos de pais espanhóis, chamados de crioulos. Esses últimos seriam inferiores aos primeiros em razão de o clima e a ecologia “selvagens” do continente americano incutir desvio de caráter, o que não poderia ser encontrado nos europeus. Essa divisão tinha consequências claras na proibição da classe crioula de assumir determinados cargos como o de vice-rei.

O determinismo ambiental ganha novo fôlego com o romantismo ao aliá-lo ao nacionalismo em desenvolvimento e ao preconceito étnico, que em finais do século XIX se consuma no racismo cientificista e no imperialismo.

O ideal de progresso se faz importante para o estabelecimento do modelo ariano, visto que com a Revolução Industrial, com seu *boom* tecnológico e as transformações nos meios de produção, comércio e nas relações humanas, se concebeu que o tempo não poderia ser mais compreendido como cíclico, no qual os acontecimentos estavam fadados a se repetir e em que o passado era considerado um guia para o presente. Essa mentalidade deu lugar a ideia de que a história era linear, ou seja, de que não havia somente repetições, como uma marcha para o futuro que se traduzia no progresso e na evolução.

Hartog relata em sua obra *Regimes de Historicidade: Presentismo e Experiência do Tempo* (2013) que em diferentes momentos da História as pessoas se relacionaram de forma singular com o tempo, privilegiando passado, presente ou futuro. Antes da instituição do ideal do progresso havia uma predominância do passado sobre os outros tempos, da qual a História exercia o papel de *Magistra vitae*, ou seja, de modelo para o presente. Com o humanismo vemos os primeiros indícios de uma História Universal linear com a divisão da História em idades: antiguidade, idade média e tempos Modernos que cria a concepção de os grandes impérios se sucederam até chegar na modernidade (Hartog, 2013, p.33).

Para os defensores desse ideal, que é reforçado pela teoria da evolução de Charles Darwin (1859), a Hélade representaria a infância da Europa capitalista moderna que se apresentava como o ápice da História global. Bernal (1993, p. 191) nos mostra que eruditos como o bispo William Warburton (1730) e Anne Robert Turgot (1750) preconizaram que a Grécia era uma civilização superior por ser mais recente que a Egípcia, tendo superado seus feitos ao criarem a “civilização”. Por consequência do racismo, romantismo e do progresso que arruinaram o modelo antigo há uma acentuada separação da Europa dos continentes Africano e Asiático que, segundo a lógica progressista, estavam dominados pela barbárie e despotismo.

Martin Bernal (1993; 2003, p. 12), ao defender o retorno do modelo antigo com determinadas revisões, traz em sua obra uma série de evidências que demonstram a plausibilidade da existência de assentamentos egípcios e fenícios, entre eles destacam-se: as semelhanças entre a língua grega e hebraico que detêm como origem o cananeu-fenício; as lendas das fundações das cidades de Tebas e Argos por colonizadores fenícios e egípcios; e as declarações de Heródoto que afirmaram que religião grega teria se originado no Egito.

Os estudos de Heródoto acerca dos povos orientais foram rechaçados por Plutarco, que o chamou de “*filobárbaro*”, e posteriormente pelos historiadores modernos, que apreciavam seu relato sobre a guerra médica ao passo que taxaram como “fantasioso” tudo que relacionava a Grécia aos Bárbaros. Há uma dualidade de imagens sobre Heródoto: ora reverenciado como “pai da História”, ora posto de lado para dar lugar a Tucídides, concebido como modelo para todos os historiadores. Esta dualidade explica o motivo pelo qual a Grécia de Heródoto, que integra o caldeirão multicultural do mediterrâneo oriental, desmistifica a versão idealizada pelos oitocentistas (Hering, 2006, p. 64, 74-75).

Diante do exposto, concordamos com Bernal (2003, p. 21) quando este afirma que não foram defeitos que fizeram com que o modelo antigo fosse deixado de lado e sim uma demanda do contexto histórico europeu que detinha um olhar enviesado do passado grego, sendo os alemães os principais difusores dessa representação, como se analisará adiante.

2.2 “Nada mais grego que o alemão”: Nacionalismo e linguística na formação de uma recepção germânica da Grécia

Como dito anteriormente, o advento da Revolução Francesa e a Industrial iniciaram um processo de transformações políticas, sociais e culturais que culminaram na construção dos estados-nação modernos. O termo Nação, no presente trabalho, deve ser entendido a partir das noções de Anderson (2008) e Hobsbawm (1991), que a veem como uma “comunidade imaginada” no sentido de que não se trata de uma entidade real, mas sim um elemento aglutinador forjado para dar sentido às identidades que estavam surgindo a partir de movimentos de expansão e separação territorial, do capitalismo e do abalo sobre as comunidades preexistentes, como a comunidade universalizante cristianismo que unia a Europa Ocidental e que se encontrava fragilizada. Eric Hobsbawm comenta que a nação pode ser considerada uma entidade social somente quando está interligada ao conceito de “Estado-nação”:

Como a maioria dos estudiosos rigorosos, não considero a “nação” como uma entidade social originária ou imutável. A “nação” pertence exclusivamente a um período particular e historicamente recente. Ela é uma entidade social apenas quando relacionada a uma certa forma de Estado territorial moderno, o “Estado-nação”; e não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora desta relação. Além disso, com Gellner, eu enfatizaria o elemento do artefato, da invenção e da engenharia social que entra na formação das nações. [...] Em uma palavra, para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam estados e os nacionalismos, mas sim o oposto (Hobsbawm, 1991, p.19-20).

Hobsbawm explica que a nação não é, como se supõe que seja, uma entidade que remonta suas raízes num passado longínquo. Na realidade, se apresenta como um fenômeno recente que foi criada a partir do nacionalismo, ou seja, antes da nação concreta, expressa por um estado plenamente delimitado e independente, foi necessária a sua idealização.

A emergência da nação como alternativa ao Estado monárquico surge com a Revolução Francesa que fabrica um nacionalismo baseado na cidadania, que preconizava um território, direitos e deveres iguais a todos os cidadãos, educação universal e patriotismo (Díaz-Andreu, 2001, p. 6). O tipo de nacionalismo vivenciado pela França revolucionária foi denominado por Hobsbawm (1991) como protonacionalismo devido ao nacionalismo moderno apresentar algumas características que não são observadas no caso francês, que colocou o cidadão

participante da vida política do Estado como ponto central do seu nacionalismo cívico.

O termo “povo” é central para o nacionalismo moderno que é ditado tanto por questões linguísticas como raciais, pois, os estados-nações que nasceram no oitocentos, como os casos da unificação da Itália (1870) e da Alemanha (1871) que necessitaram de apoio para obter legitimidade e incutir em suas populações sentimentos de laços comunitários, se apoiaram na unidade da língua e de pertencimento a uma mesma “raça” para unificar territórios que nunca estiveram sob uma mesma bandeira ou que não possuíam unidade político-administrativa (Hobsbawm, 1991, p. 127, 132). Diaz-Andreu detalha os elementos que seriam comuns a uma comunidade nacional:

Los rasgos comunes que unían a la nación étnica o cultural podían ser de variados tipos: en primer lugar una cultura similar demostrada en costumbres semejantes y/o idioma compartido, además de en algunos casos una misma religión o misma etnia o raza; y en segundo una descendencia común. Para todo ello la historia propia de cada nación tenía un papel fundamental legitimador (Diaz-Andreu, 2001, p. 6).

Novamente, o idioma e a raça/etnia aparecem como essenciais à formação da nação, usados pela máquina estatal para os tornarem símbolos de um país, que mesmo oficialmente novo, poderia narrar a antiguidade do seu povo, daí o destaque na reflexão de Diaz-Andreu, sobre o papel da História na empreitada nacionalista, considerada um veículo de promoção dos Estados-nação.

Os usos da História são evidentes quando analisamos o nacionalismo romântico alemão que empregou o helenismo como dispositivo discursivo para a formação de uma cultura e identidade próprias, distantes da influência francesa. Hering (2006, p. 16) descreve o campo de estudos clássicos como servo da retórica de que o mundo greco-romano seria patrimônio de toda a Europa, favorecendo então a elaboração do *ethos* nacional.

O helenismo alemão aparece através dos esforços de duas figuras no século XVIII: o historiador da arte Johann Winckelmann (1717-1768) e o filósofo Wilhelm von Humboldt (1767-1867). Winckelmann é conhecido como um dos precursores nas pesquisas modernas da arte grega, tendo em vista que anteriormente havia certa predileção por Roma, cujo livro *História da arte Antiga* (1764) elevou, muito idealisticamente, a arte grega do período clássico a categoria de grandeza absoluta,

dado a supremacia de sua originalidade e beleza (Moraes, 2022, p. 45).

Humboldt é especialmente fundamental para a difusão do conhecimento clássico na Alemanha ao construir um plano para uma reforma educacional para o governo prussiano que abrangia estudos relativos aos antigos gregos tanto no ensino escolar como no universitário (Bernal, 2003, p.16). As contribuições de Winckelmann e Humboldt deram origem a um movimento intelectual alemão tanto artístico como acadêmico que acendeu a “chama” nacionalista e identitária em um espaço politicamente e culturalmente fragmentado.

Dos projetos de Humboldt e de Winckelmann surge a querela entre “Civilização” e “Cultura” que vai permear a obra de um dos maiores filósofos do oitocentos: Friedrich Nietzsche. Moraes (2022), em sua dissertação intitulada *A montanha mágica dos gregos: Nietzsche e o helenismo alemão*, apresenta que o filósofo fora influenciado pelo músico Wagner que tinha como projeto formar uma genuína “*Deutschtum*”, que pode ser entendida como a busca pela verdadeira cultura alemã; por uma identidade que não fosse mediada por traços estrangeiros. Outro aspecto relevante ao confronto da “Civilização” e da “Cultura” é a guerra franco-prussiana (1870-1871), essencial para o surgimento de um sentimento nacional antifrancês.

A questão entre “Civilização” e “Cultura” trata-se que a França era vista na época como bastião do processo civilizatório, ou seja, que o país era responsável por modelar os costumes de todo o continente europeu, que eram especialmente seguidos pela elite aristocrática prussiana. Em contraposição à “moda francesa” os defensores da unificação dos povos germânicos, em sua maioria membros da classe burguesa, promoveram a construção de uma cultura particular do povo alemão, centrada nas raízes, ou cerne, do que é ser alemão, e não no expansionismo, como os franceses.

Para atingir seu objetivo de forjar uma cultura nacional, os intelectuais exaltaram a pureza da natureza, alinhados ao movimento romantista, e resgataram a Grécia Antiga como exemplo de cultura distinta que não havia sido degradada pela separação com o mundo natural. Os gregos com seus modos originais e feitos de certa ingenuidade infantil foram colocados num pedestal pelos alemães do qual só a cultura germânica poderia alcançar, pois, seriam eles seus incontestáveis sucessores (Moraes, 2022, p. 43, 48). O impacto do legado grego é tão expressivo na Alemanha que Eliza Butler (1958) a descreveu como uma tirania sobre os

alemães que ficaram cegos por sua paixão pela Hélade, como pode ser visualizado no trecho a seguir:

[...] se os gregos são tiranos, os alemães são escravos predestinados. A Grécia modificou profundamente toda a tendência da civilização moderna, impondo seu pensamento, seus padrões, suas formas literárias, suas imagens, suas visões e sonhos onde quer que seja conhecida. Mas a Alemanha é o exemplo supremo de sua triunfante tirania espiritual. Os alemães imitaram os gregos com mais servidão; eles foram obcecados por eles mais completamente, e eles os assimilaram menos do que qualquer outra raça. A extensão da influência grega é incalculável em toda a Europa; sua intensidade é mais alta na Alemanha (Butler, 1958, p.6 *apud* Moraes, 2022, p. 17).

Butler pontua que a helenomania sentida por todo o Ocidente nos séculos XVIII e XIX foi, de certa maneira, tão agressiva que para “ser” alemão precisava-se antes de tudo ser grego. Isso é bem ilustrado pelo helenismo de Goethe, Schiller e Meyer que possuíam um pensamento evolucionista da arte e da História, apontaram a Grécia como o ápice da genialidade humana no período da antiguidade, manifestados por eles nas suas publicações nas revistas *Propileus* e *Sobre Arte e Antiguidade*, desprezando a arte dita moderna e sugerindo a arte grega como a fonte mais rica de inspiração artística (Süssekind, 2008).

Um historiador que teve grande impacto sobre o pensamento europeu foi Eduard Meyer (1855-1930), conhecido pela sua obra *Geschichte des Altertums* (História da Antiguidade) que se constituiu por um empreendimento de enorme envergadura, dado posto que ambicionou fazer uma História Universal das sociedades do Oriente e do Ocidente clássico. Galvão (2021, p. 105) reflete que Meyer ao afirmar que o centro da antiguidade era a cultura grega, mesmo admitindo a importância dos povos orientais para a formação de um círculo cultural, fez parte do estabelecimento do paradigma eurocêntrico da ciência histórica que até hoje se apresenta como problemática que permeia a produção intelectual.

Também se traduziu na criação do Orientalismo ao hierarquizar o mundo clássico Ocidental acima das sociedades Orientais que por terem particularidades históricas que não convergiam com a percepção linear e progressista do tempo eram vistas como paralisadas (Catroga, 2017, p. 36).

A linguística alemã, ao longo do século XIX e na primeira metade do XX, foi proeminente na sustentação teórica do nacionalismo e eurocentrismo que culminou no mito ariano do terceiro *reich* nazista e em um dos maiores genocídios da História.

A origem do arianismo está no entusiasmo da teorização da língua indo-europeia que aos poucos foi sendo alterada para compor uma teoria racial na qual os povos indo-europeus teriam surgido na Ásia e posteriormente se espalhado pelo continente europeu dando início às primeiras “civilizações”.

O campo de estudos sobre o indo-europeu cresce paralelo com o helenismo, em que há um exponencial interesse dos europeus pelo consumo de textos persas e indianos antigos a partir das traduções do sânscrito e do avéstico que confirmaram as similaridades entre essas línguas e as europeias modernas. Vale apontar que antes da proposição do indo-europeu, alguns filólogos como Marcus Zuerius van Boxhorn (1645), acreditavam que tanto as línguas orientais como europeias descendiam da linguagem dos citas, com o indo-europeu só aparecendo em 1813, fruto das pesquisas do inglês Thomas Young (Guimarães, 2018, p. 43).

O termo ariano, que pode ser encontrado no *Avestá* - coletânea de textos sagrados do zoroastrismo -, era utilizado como sinônimo de indo-europeu dada a sua referência ao local da ancestralidade persa. Guimarães (2018, p. 45-46) relata que a mudança de sentido do termo ocorre com a publicação de *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines* (1854), escrita pelo conde Gobineau que racializou a palavra ariano, passando a significar uma raça superior, que se sobressaia sobre os amarelos, negros e semitas ao ser a única “civilizada” e responsável pelo fardo da “missão civilizatória”. Tal concepção foi utilizada pelo colonialismo e pelo imperialismo que pregaram ideologicamente que era dever das sociedades mais elevadas tutelarem as que consideravam estagnadas, para que essas pudessem atingir o mesmo patamar de “civilização”, liberdade e progresso. O racismo da produção intelectual filológica a transpõe dominando um campo essencial para efetivação dos interesses políticos e econômicos da época: o Orientalismo, tema que será desenvolvido no tópico a seguir.

2.3 Encruzilhadas entre helenismo e orientalismo: a apropriação do legado grego pelo imperialismo

O Orientalismo advém da mentalidade europeia acerca do mundo oriental, é “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência Ocidental europeia” (Said, 2001, p. 27), ou seja, não há um saber orientalista criado pela perspectiva do indivíduo oriental, é na realidade, um conhecimento de e para o europeu, que durante o processo de definição de sua

própria identidade gerou duas entidades antagônicas: Ocidente *versus* Oriente.

O moderno Orientalismo tem seu pontapé inicial com a missão francesa no Egito sob controle do império napoleônico, que não poupou esforços para que fossem realizadas pesquisas sistemáticas sobre a natureza e história egípcia. A presença colonial no Egito, tanto francesa como inglesa, concebeu uma hegemonia ocidental sobre a produção de conhecimento oriental em que o Egito e seus habitantes eram meramente fontes de análise para os europeus, um exemplo disso é a *Commission des sciences et arts d’Égypte*, criada em 1798, que sendo responsável pela expedição científica e publicação dos resultados nos volumes de *Description de l’Égypte*, fundou a dominação epistemológica do Egito ao representá-lo doravante o viés europeu que desprezava tudo o que não seguia seus preceitos morais e culturais (Langer, 2021, p. 245-246). Em outras palavras, o Orientalismo pode ser interpretado como uma ferramenta de manutenção ideológica do imperialismo devido aos seus discursos ocidentalizantes. Fernando Cartogra reflete sobre a gênese do orientalismo:

É conhecido que a aventura francesa no Norte de África e a expedição napoleônica ao Egito, com a consequente decifração dos hieróglifos, gerou um grande entusiasmo pelo estudo das línguas e culturas semitas, campo de onde virão a destacar-se figuras como A. I. Silvestre de Sacy, Quatremère, Jean-Pierre Rémusat e E. Renan. E esta atenção erudita foi acompanhada por viagens de dezenas de europeus cultos que foram construindo uma epistemologia do dominador sobre o Oriente, acompanhada por configurações recheadas de exotismo e de feminilidade, num confronto com a presumida índole masculina e ativa do temperamento ocidental. Neste clima, compreende-se que, na década de 1830, se tenha começado a utilizar (em França) o substantivo “orientalisme” (Cartogra, 2017, p. 44).

As figuras que Cartogra se refere são responsáveis por lançar as bases do Orientalismo, as quais são fielmente seguidas por eruditos que se lançaram a desbravar o Oriente, tanto pessoalmente, a partir de viagens e publicação de diários e romances – a exemplo de Gustave Flaubert, conhecido por sua obra *Salammbô* (1862) –, como remotamente, pelas análises arqueológicas e documentais.

Edward Said (2001) relata que os britânicos, e demais europeus, se viam no direito de expandirem seus impérios controlando a Ásia e a África porque acreditavam conhecer o Oriente mais do que suas populações, as quais, nessa lógica, tinham sido incapazes de formar governos democráticos e que só alcançariam a liberdade do despotismo pela tutela Ocidental, pois a cultura

ocidental seria sinônimo modernidade, racionalidade e maturidade. Essa concepção é posta em termos práticos na minuta de Macaulay (1835), que prescrevia o ensino do inglês nas escolas indianas como maneira de ocidentalizá-los (Hering, 2006, p. 47).

Ademais, o Orientalismo trata-se de um artifício que se reapropria da ideia de “missão civilizatória” que já havia sido empregada durante a colonização do continente americano, que teve que se reinventar para abarcar as peculiaridades da experiência oriental da qual era inegável que o Oriente possuía, em sua história, impérios que eram tão mais longevos e gloriosos que contrastavam ao mundo greco-romano. Tal fato implica que essas sociedades não poderiam ser objeto de estudo da antropologia como as etnias indígenas que eram vistas como “primitivas” Considerando o que foi mencionado, conclui-se que a criação do Orientalismo, como disciplina específica para a investigação do Oriente, teve como uma de suas funções deslegitimar o legado oriental, de sociedades como a egípcia, chinesa, mesopotâmica etc, para a História global, enquanto que os estudos clássicos supervalorizam Grécia e Roma.

Essa atitude de menosprezo pelo Oriente é observada nos escritos do historiador Barthold Niebuhr, que ao mesmo tempo que vê na Grécia civilidade ao ponto erguê-la ao patamar das nações modernas reduz os povos orientais, tão diversos uns dos outros, numa massa amorfa estagnada que não teria se alterado desde a antiguidade. Niebuhr foi um grande defensor do imperialismo Europeu, como podemos observar no trecho a seguir retirado por Morales de *The Life and Letters of Barthold George Niebuhr: With Essays on His Character and Influence* (1854):

Tão degenerado era o Oriente mesmo naquele período antigo, e em nenhum outro lugar encontramos depravação moral maior do que aquela que viceja através da história antiga de todas as partes do Oriente. Assim, a admiração em relação ao Oriente é algo absolutamente estranho, e é tolo querer que a Índia se liberte do jugo dos ingleses: pois, embora o governo esteja longe de ser indiferente e cometa tristes equívocos e cause muito sofrimento, o país é governado com as melhores intenções, e o governo britânico é para os indianos realmente um paraíso na terra. As nações orientais são profundamente depravadas e moralmente decaídas, e esse caráter pertence a todas, do Mediterrâneo até o Japão e a China; se uma mudança vier a ocorrer, ela só pode vir por uma disciplina e um governo europeus (Niebuhr, 1854, p. 169 apud Morales, 2020, p. 57).

É nítido na citação em destaque que Niebuhr considera a presença

imperialista Ocidental no Oriente algo benéfico quando refere-se que apesar dos erros cometidos é para os orientais um “paraíso na terra”, assim, qualquer destrato que os afligia não se comparava a esperança da mudança que a Europa traria a depravação, que nunca seria alcançada por um autogoverno Oriental dada sua inabilidade. O arcaísmo de representações como a de Niebuhr do Oriente são contestadas por Bernal (1993, p. 185-187) que admitiu que a ilustração francesa apreciava os impérios chinês, Egípcio e romano em razão de seus excelentes sistemas de governo, no qual estudiosos como William Mitford (1744-1827) defenderam as influências do Egito na cultura grega.

Logo, a divisão do mundo em dois polos culturais distintos, Ocidente e Oriente, que não refletem uma divisão geográfica real, são produtos do nacionalismo e imperialismo racial do século XIX e XX que se apoiava nas pesquisas helenistas e orientalistas modernas que se apropriaram da antiguidade, para invenção de um passado universal centrado na Europa; para tomar para si o destino dos países orientais. Essa distorção do passado é geradora, afirma Said (2001, p.142), da realidade, pois o conhecimento produzido pelos orientalistas criou uma tradição que pode ser vislumbrada na maneira como Ocidente ainda persiste em reproduzir rótulos reducionistas do Oriente Médio, como “inimigo da democracia” e “lar do terrorismo”.

Assim, a relação entre nacionalismo e imperialismo pode ser compreendida pelo desejo das grandes potências industrializadas dos finais do oitocentos em expandir seus mercados que estavam crescendo passos largos com a instituição do sistema fabril e por isso, suscitou numa ideologia que uniu os Estados europeus no Ocidente pela sua ancestralidade greco-romana e que de igual maneira desembocou na conferência de Berlim (1884-1885).

Em síntese, a recepção da antiguidade grega alcançou campos dos quais não se pode perceber durante o período do renascimento, que é comumente conhecido pelo florescimento da cultura helena, como o seu uso ostensivo na política, em que a Atenas clássica passa a ser o modelo para as repúblicas contemporâneas, e como instrumento de legitimação de novas identidades e do colonialismo.

Com o término da Segunda Guerra Mundial e a descolonização das possessões europeias na África e na Ásia, os Estados Unidos despontaram como defensor da Cultura Ocidental assumindo para si a tradição helenista e orientalista forjada pelos eruditos citados ao longo deste capítulo. Entretanto, é necessário

pontuar que a recepção americana da Grécia é atrelada às especificidades americanas: sua cultura capitalista de massa, a glorificação da memória de grandes personagens, as problemáticas raciais e seus embates bélicos com o Oriente Médio e o islamismo. No próximo capítulo, será analisado como a série de livros *Percy Jackson e os Olimpianos* retoma as representações do século XIX, influenciado pelo contexto político internacional estadunidense após o 11 de setembro de 2001, enquanto busca equilibrar, em sua narrativa, os mitos antigos e a História monumental dos EUA.

CAPÍTULO III: O UNIVERSO GRECO-AMERICANO DE PERCY JACKSON E A JORNADA DO HERÓI PARA PRESERVAR O “OCIDENTE”: RECEPÇÃO E REFLEXOS DA POLÍTICA IMPERIALISTA AMERICANA NA LITERATURA DOS ANOS 2000

Neste capítulo, será realizado um exame detalhado das recepções e usos do passado grego antigo pela série de livros *Percy Jackson e os Olimpianos*, obra do gênero literário fantástico produzida para jovens de 9 a 14 anos de idade que tem como objetivo apresentar os mitos gregos e a cultura grega a partir da inserção dos personagens mitológicos no mundo moderno, assim, aproximando da realidade dos seus leitores. A análise da obra leva em consideração as influências de outras obras anteriores que buscaram difundir a cultura clássica através da mitologia no gosto popular e infantil, como *Mitologia* de Edith Hamilton (1940), e do contexto histórico da escrita dos livros, em que os Estados Unidos passavam por uma “onda neoconservadora” simbolizada pela presidência de George V. Bush (2001-2009) e pelo acirramento dos conflitos no Oriente Médio depois dos atentados de 11 de setembro de 2001.

Em um primeiro momento, será comparada as trajetórias da historiografia antiga com as publicações de escritores que sintetizaram, desde meados do século XIX, o conjunto exorbitante de histórias que compõem a mitologia grega para que fossem lidas por indivíduos que não faziam parte de uma elite intelectual, de uma alta cultura, visando popularizar a cultura grega e que não acompanharam as inovações do campo historiográfico da segunda metade do século XX. Posteriormente, é estudada a obra de Riordan, em que será dada a ênfase em como o autor se apropria e dialoga com a mitologia grega ao mesmo tempo que constrói uma cultura híbrida, uma mistura dos elementos gregos e americanos. Como Também reflete as ligações da obra com o helenismo e orientalismo oitocentista e com contexto político americano de sua época ao trazer em seu enredo a questão da civilização ocidental e os perigos que ela enfrenta para se manter incólume.

3.1 Novas trajetórias da historiografia antiga em contraposição ao helenismo ocidentalizante americano e seus reflexos na literatura infantil

Após o fim da Segunda Guerra Mundial aconteceu uma verdadeira revolução nas ciências humanas que teve uma abertura para novos movimentos teóricos e

metodológicos, uma maior interdisciplinaridade entre os campos de estudos, novas problemáticas de pesquisa advinda dos estudos de gênero, raça e sexualidade e a queda gradual do eurocentrismo propiciado pelos estudos decoloniais. Na área da historiografia antiga, destaca-se o rompimento com o modelo ariano que fora basilar para a visão tradicional das sociedades antigas durante o século XIX e na primeira metade do XX.

Surgem novos modelos inspirados nas teorias marxistas, sociais e culturais que romperam com a noção positivista de fonte histórica que via nos documentos oficiais e na tradição literária as únicas fontes legítimas dos eventos históricos. Entre aqueles que romperam com a representação tradicionalista da antiga destacam-se os historiadores marxistas, Moses Finley e Jean-Pierre Vernant e a sua escola de Paris.

Guarinello (2019, p. 32, 36) aponta que as investigações marxistas sobre a antiguidade foram pautadas por três linhas de pensamento: a relevância do modo de produção asiático, um antecedente que viria formar posteriormente o modo de produção capitalista, para a economia do período - a existência ou não do modo de produção asiático nas sociedades da antiguidade foi palco de amplos debates -, a luta de classes antiga e o desenvolvimento da escravidão. Moses Finley com sua abordagem mais sociológica e antropológica da História greco-romana discorda dos marxistas ao argumentar que o mundo antigo não se assemelhava ao capitalismo moderno, pois as sociedades antigas eram essencialmente rurais e seus centros urbanos, dominados pelas elites, eram apenas consumidores da produção rural. Palmeira (2020, p. 290) enfatiza que para Finley era deveras importante que ao estudar os antigos o pesquisador se afastasse das concepções modernas e que fizesse o esforço de compreender as instituições a partir da ótica dos gregos, romanos, persas etc.

Dada a extensão de sua obra, produziu muitos livros, artigos e resenhas, e do enorme prestígio de suas pesquisas no campo, Finley é considerado o mais proeminente historiador da antiguidade do século XX. Jean-Pierre Vernant igualmente detém muita visibilidade na área da antiguidade grega, tendo vários de seus livros traduzidos para o português. Seus trabalhos estão inseridos no âmbito da escola de Paris em que estudou em profundidade a religião grega que para ele expressava todas as dimensões da vida dos helenos, pois não se caracterizava somente como uma crença e sim como parte da política, economia, das relações

sociais e da psicologia, em outras palavras, o mito se traduzia em puro fato social por expressar partes da realidade (Guarinello, 2019, p. 38; Rodrigues, 2020, p. 312).

Guarinello (2019, p. 40-41) chama atenção para o livro *A identidade étnica na Antiguidade Grega* (1997) de autoria de Jonathan Hall que critica a percepção oitocentista que representava a Grécia como uma nação que possuía uma unidade identitária desde seus primórdios. Portanto, a identidade grega surge ao longo do desenvolvimento das pólis que ao manterem contato com outros povos, a exemplo das guerras médicas no século V em que os helenos se confrontaram com os persas, se definiram em oposição a eles, formando uma identidade compartilhada em decorrência dos laços linguísticos, históricos, religiosos e étnicos em comum.

Paralelamente às inovações observadas na historiografia antiga tem-se a ininterrupta conservação da visão tradicional da Grécia Antiga como berço da “civilização Ocidental” tanto na educação escolar como na literatura. Na educação escolar há a permanência da visão linear que divide a História das sociedades orientais, Egito e Mesopotâmia, do mundo clássico o que inibe os alunos de compreenderem o mediterrâneo antigo como um todo, do qual houve trocas culturais e comerciais importantes entre os três continentes.

Com a publicação de coleções sobre os mitos greco-romanos que começam a aparecer no mercado literário no século XIX, o mundo clássico deixa de ser propriedade das elites que viam o estudo do grego e latim como marca de distinção da alta cultura, para integrar o que se convencionou chamar cultura “popular”, ou seja, do que cai nos gostos das massas. Isso resultou com que personagens importantes da mitologia se tornassem ícones da cultura pop americana, como no caso do herói Hércules que possui inúmeras adaptações para o cinema e histórias em quadrinhos, fenômeno esse expresso pelo fato de que até aqueles que não possuem conhecimento da mitologia ou História da Grécia conhecem a figura de Hércules.

Um fator que contribuiu para a popularização da mitologia grega foi a publicação de livros infantis que ao fazerem releituras dos mitos aos moldes dos contos de fadas, que até hoje tem grande apelo com as crianças, criaram um retrato da mitologia que adentrou no imaginário e serviu de inspiração a arte contemporânea. Um dos primeiros a fazer uma releitura da mitologia grega foi o escritor norte-americano Nathaniel Hawthorne como os livros *A Wonder Book for Boys and Girls* (1851) e *Tanglewood Tales* (1853) que adaptou os mitos para a

cultura americana, um exemplo disso é a versão do mito de Pandora em *Wonder Book* que é escrita de forma semelhante a história da Eva e o fruto proibido da Bíblia. Hawthorne foi defensor de que a mitologia não pertencia apenas aos antigos gregos e sim que eram de propriedade de todos independente da época, sendo assim, o escritor moderno tinha direito de remodelar os mitos ao seu bel prazer tal como os poetas gregos (Murnaghan, 2011, p. 341).

Os livros de Hawthorne foram sucedidos somente no século XX por obras como *Mitologia* de Edith Hamilton (1940) e *Mitos Gregos* de D'Aulaires do casal Ingrid e Edwin Parin D'Aulaire (1956). Essas obras dissociadas dos trabalhos dos mitólogos acadêmicos marcaram a escrita literária, são de imenso sucesso no mercado, que é atestado por suas várias edições e traduções, como a edição brasileira de *Mitologia* publicada em 2022 pela editora Sextante. Mais do que uma compilação dos mitos, as antologias moldam as representações sobre a antiguidade até mais que as obras originais. Isso é afirmado por Murnaghan (2011, p. 345) que relata que muitos classicistas adentraram na profissão a partir da leitura de D'Aulaires durante a infância e que incutiu neles um encanto acerca da sociedade grega, ou seja, as releituras dos mitos gregos, especialmente aquelas direcionadas para crianças, tem um impacto maior sobre as visões da massa sobre a cultura grega do que a *Biblioteca* de Pseudo-apolodoro (II d.c.).

Tal constatação é relevante para a compreensão do porquê a Grécia ainda é comumente creditada como uma sociedade excepcional que criou o Ocidente, pois essas coleções de mitos não foram produzidas tendo em vista uma acurada pesquisa acadêmica, sendo por isso desacreditadas por muitos classicistas (Murnaghan, 2009, p. 81), pelo contrário, elas refletem um pensamento tradicional que está intrinsecamente relacionado com o contexto político estadunidense que após a Segunda Guerra Mundial assume a vanguarda da defesa dos valores ocidentais.

Edith Hamilton (1867-1963) foi professora de latim e escritora norte-americana conhecida pelos seus livros *The Greek Way* (1930), *The Roman Way* (1932), *The Prophets of Israel* (1936) e *Mythology* (1942). Hamilton, como é esclarecido por Emily Wilson (2023) em seu artigo ao jornal independente *The Nation*, redigiu suas obras em um período que as editoras estadunidenses haviam tornado acessíveis para a população traduções a baixo custo das principais obras gregas, como a *WW Norton* que publicou os trabalhos de Hamilton. Em sua obra há

uma forte presença das ideias oitocentista sobre a Grécia, em que Hamilton a retrata como humanista, a primeira civilização que teria colocado o homem como centro do universo ao conceber os seus deuses a imagem da humanidade fato que desvencilhou a Grécia dos povos considerados “primitivos”, que para a autora estavam envoltos no terror da magia e do sacrifício humano (Murnaghan, 2009, p. 83-84).

No geral, os livros de Edith Hamilton possuem forte teor político ao valorizar a democracia e individualidade grega ao mesmo tempo que exprime opiniões negativas e orientalistas para sociedades orientais, os adjectivando de “ignorantes” e “miseráveis” em *The Greek Way*, tal posicionamento é explicado pelos laços estreitos com o conservadorismo que a autora possuía e que podem ser visualizados de maneira implícita na forma como ela descrevia a Grécia nos moldes dos Estados Unidos como a terra da “liberdade” (Wilson, 2023).

Hamilton não foi a única a associar a Grécia ao Estados Unidos, o discurso oitocentista de um Ocidente superior e triunfante que tem sua gênese com a cultura helena é reapropriado pelos EUA com a ascensão do país a maior potência econômica do globo. Isso não só advém da nova posição como império conquistada após as duas grandes guerras como os ideais de liberdade, excepcionalidade e de “destino manifesto”, em que se acreditava num futuro glorioso, estão presentes desde a sua formação enquanto nação, que formou sua identidade a partir da expansão para o oeste e pela anexação de territórios vizinhos, ou seja, a representação dos EUA como parte da civilização ocidental foi algo amplamente aceito devido ao fato de que desde dos primórdios da independência americana já se acreditava que o país era diferente das demais nações americanas dada a suas relações estreitas com a cultura europeia, o que fazia o herdeiro direto das tradições judaico-cristãs e clássicas.

Obras como *Por que o Ocidente Venceu* (2004) do classicista e especialista em História militar Victor Davis Hanson foram influenciadas pelas noções de superioridade cultural e de conflitos entre civilizações que ganharam forças com a guerra fria. Essa última produziu um movimento de polarização mundial entre capitalismo *versus* comunismo, e especialmente com as guerras no Oriente Médio e o surgimento de células terroristas que resultaram num discurso sobre a sombra do terror que ameaça o modo de vida ocidental. O livro relata que o vitorioso poderio ocidental não surgiu por mero acaso, sendo desfecho de um desenvolvimento ímpar

nos campos sociais, econômicos, políticos e culturais decorrentes de suas políticas democráticas, do pensamento abstrato e da criação do método científico (Hering, 206, p. 128).

Em suma, adaptações dos mitos gregos para crianças e obras de autores intimamente relacionados com a política americana, Hanson era conselheiro do ministro da defesa Donald Rumsfeld do governo de George W. Bush, foram em contramão das inovações historiográficas ao dar continuidade a representação oitocentista que não condiz com as fontes históricas da antiguidade. Ao analisarmos os cinco livros da série *Percy Jackson e os Olimpianos* tem-se a constatação que o autor não segue por um caminho diferente de seus antecessores.

3.2 Meio-sangues, deuses, monstros e *Empire state building*: Mescla cultural no mundo fantástico idealizado por Rick Riordan

A série de literatura fantástica *Percy Jackson e os Olimpianos* composta por cinco livros, a saber: *O ladrão de raios*, *O mar de monstros*, *A maldição do titã*, *A batalha do labirinto* e *O último Olimpiano* foi escrita pelo ex-professor de inglês e escritor Rick Russell Riordan e publicada nos Estados Unidos nos anos de 2005 a 2009. As aventuras do semideus Perseu Jackson, que tem como público jovens de 9 a 14 anos, conquistaram um gigantesco fandom - comunidade de fãs -, o que é evidente pela venda de 190 milhões de exemplares, dos quais 7,4 milhões de seus livros foram comprados no Brasil. Seu sucesso rendeu duas séries *Os heróis do Olimpo* e *As provações do Apolo*, que dão continuidade aos acontecimentos, livros extras como *Os Diários do Semideus* e obras sobre mitologia egípcia e nórdica, respectivamente *As crônicas dos Kane* e *Magnus Chase e os Deuses de Asgard*. Além disso, os livros ganharam uma adaptação para os cinemas e recentemente uma série foi disponibilizada pelo *streaming* Disney+.

A trama que se passa nos EUA moderno conta a história do semideus Percy Jackson, que inicia sua jornada aos doze anos de idade, filho do deus dos mares Poseidon e que está destinado a salvar a “civilização” ocidental dos malvados titãs que desejam se vingar dos deuses que os derrotaram no passado e destruir o mundo. Ao longo das páginas é apresentado que os deuses e monstros gregos são reais e estão vivendo nos EUA em decorrência de estarem entrelaçados a força viva que é a consciência coletiva Ocidental que se manifesta com maior força no centro de poder do Ocidente que na contemporaneidade trata-se dos Estados Unidos, por

ser a maior potência do século XXI (Riordan, 2014, p. 80).

Segundo Martin (2021, p. 14), a escolha do autor por uma narrativa que ocorre no presente no lugar de uma história que acontecesse na Grécia Antiga tem dois motivos: o primeiro é que ao criar o protagonista como um jovem de Manhattan do século XXI ele aproxima a história do seu público que pode se identificar com algumas das situações vividas por Percy Jackson, seja suas dificuldades de aprendizagem por causa do TDAH (Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade) e dislexia, a ausência do seu pai e o padrasto abusivo, a jornada de amadurecimento que ocorre ao longo dos livros e seu relacionamento com seus amigos. O segundo motivo é apresentar a sobrevivência da cultura grega na sociedade americana que a partir da colonização inglesa herdou valores, tradições e símbolos que estão vivos na cultura mesmo que a mitologia grega não constitua mais uma religião “viva”.

Para compreender como Riordan mistura elementos culturais relevantes das duas sociedades será realizada uma exposição. Começando pela morada dos deuses que é comumente chamada de Olimpo, termo que designava vários montes sendo que o mais famoso ficava na região da Tessália (Grimal, 2005, p. 337) e que se constitui como a maior montanha da Grécia, sendo importante para o imaginário grego que ao acreditar que os deuses residiam acima deles demarcava uma distância entre o mortal e o imortal, tal concepção é comentada por Vernant (2009) ao relatar o porquê da existência do culto aos deuses tendo em vista que não se tratavam de uma deidade onipotente e perfeita como Deus das religiões monoteístas:

Os deuses gregos não são pessoas mas Potências. O culto os honra em razão da extrema superioridade do estatuto deles. Embora pertençam ao mesmo mundo que os humanos e, de certa forma, tenham a mesma origem, eles constituem uma raça que, ignorando todas as deficiências que marcam as criaturas mortais com o selo da negatividade -fraqueza, fadiga, sofrimento, doença, morte -, encarna não o absoluto ou o infinito mas a plenitude dos valores que importam na existência nesta terra: beleza, força, juventude constante, permanente irrupção da vida (Vernant, 2009, p. 9).

Por serem seres imortais que não envelhecem e detêm grandes poderes, os deuses estavam no patamar inalcançável ao homem e por isso, a sua morada está localizada nos céus, é símbolo dessa distância. Nem mesmo os heróis, que em muitos mitos eram retratados como semideuses, eram comparáveis aos Olímpianos,

com exceções pontuais como Hércules e Dionísio que são transformados em deuses. Em Percy Jackson a relação dos deuses com sua prole meio-sangue é retratada de maneira similar pois, as deidades quando chegaram aos EUA passaram a residir no seiscentésimo andar do Empire States Building, que na época em que o primeiro livro foi lançado era o edifício mais alto do país e que ainda hoje é conhecido como um dos mais célebres símbolos da grandeza e da modernidade americana, enquanto que seus filhos que por serem mortais devem passar o seus verões no acampamento meio-sangue, um local que pelo nome já demonstra que é específico para os semideuses que por serem metade humanos e metade deuses fazem parte dos dois mundos ao mesmo tempo que nunca vão ser totalmente parte deles.

A caracterização dos deuses é particularmente interessante dado que destoa da imagem tradicional em que eles são representados em vestes gregas ou trajados para o combate. Hermes – o deus mensageiro – é confundido com um corredor por Percy na primeira vez que se encontram: “em pé, bem ao meu lado, havia um cara de short de corrida de náilon e camiseta de Maratona de Nova York” (Riordan, 2014, p. 105), além de sua aparência comum o seu símbolo de poder o caduceu aparece no formato de um telefone, todavia a todo momento, no capítulo em questão, é reafirmada sua posição como mensageiro. Outra descrição moderna é a do deus da guerra Ares:

O cara da moto podia fazer lutadores profissionais saírem correndo chamando a mamãe. vestia uma camiseta justa vermelha, que ressaltava os músculos, jeans pretos e um casaco comprido de couro preto, com um facão de caça preso à coxa. Usava óculos escuros vermelhos, presos na nuca, e tinha a cara mais cruel, mais brutal que eu já tinha visto - boa-pinta, eu acho, porém mau - com cabelo negro como petróleo aparado à máquina, o rosto marcado por cicatrizes de muitas, muitas brigas (Riordan, 2014, p. 233).

Nessa passagem, Ares é apresentado como um motoqueiro ameaçador que por mais que não esteja trajado de armadura ou uniforme de soldado que representaria a guerra, em nenhum momento há a dissociação do seu jeito belicoso que é perceptível pelos adjetivos “cruel” e “brutal” que estão conformidade com sua versão original que “Representa o espírito do combate, que se compraz com a carnificina e o sangue” (Grimal, 2005, p. 40). Assim, conclui-se que Riordan mantém a essência dos personagens míticos e simultaneamente os moderniza fazendo-os não só existirem na contemporaneidade como estarem em consonância com o

presente. Ao fazer isso, Riordan dá a ideia de que o legado grego é maleável e sofre influências da sociedade que o recebe.

Ademais, é necessário pontuar que pontos geográficos do mapa estadunidense são ressignificados para reproduzir a Grécia mítica, Las Vegas, conhecida pelo seu centro de entretenimento, assume o lugar da ilha dos comedores de Lótus de *a Odisseia*. Em *O Ladrão de Raios*, Percy e seus companheiros Annabeth e Grover vão em missão para recuperar o raio-mestre de Zeus e impedir uma guerra entre os deuses, no caminho encontram o Cassino Lótus do qual são instantaneamente atraídos pelas diversões oferecidas no estabelecimento. Tal como Odisseu, o protagonista descobre que o local é uma armadilha que faz com que os indivíduos esqueçam da realidade e fiquem aprisionados para sempre.

Martin (2021, p. 27) debate que o autor motiva os leitores a refletirem sobre o mito e de como as pessoas ao visitarem Las Vegas por vezes perdem o sentido e a sua identidade ao se deixarem levar pelos prazeres oferecidos na cidade. O capítulo *A ida de uma Zebra para Las Vegas* ilustra bem o caráter educativo que permeia toda a obra.

É fundamental para o entendimento geral do enredo da história manter em mente que Rick Riordan foi por anos professor de inglês em escolas do Texas e São Francisco e que essa experiência está muito presente em seus livros que ao serem voltados para crianças e pré-adolescentes tem por objetivo não só servir como uma introdução à mitologia greco-romana como incutir nos jovens determinados valores.

O autor, em seu site, disponibiliza uma série de materiais a serem empregados em sala de aula, relatos de projetos escolares, recomendações de antologias de mitos como *Os mitos de D'Aulaires* e uma justificativa pedagógica que detalha os benefícios do uso dos livros no ensino das crianças, entre as justificativas destacam-se: os alunos perceberem como a herança grega está conectada ao mundo moderno, refletirem sobre a jornada do herói a partir de um personagem que as representem, em virtude de que ele lida com sua neurodivergência e problemas familiares e que os livros passam mensagens positivas de amizade e lealdade.³

A análise dos guias para o leitor e para o professor revelaram que as propostas de atividades se centram, principalmente, na identificação das principais características do transtorno de aprendizagem TDAH, na contemplação sobre o

³ As informações sobre os guias do professor e a justificativa pedagógica podem ser encontradas no site: <https://rickriordan.com/resource_type/teachers-guides/>.

ocidente como força cultural, a problemática do abandono parental, a relação do homem com a natureza na busca de Grover pelo desaparecido deus Pan (deus dos bosques), estímulo a leitura dos mitos originais e questões que tentam aproximar a realidade dos alunos com a história de Percy Jackson. A série então, tem o propósito de ensinar valores culturais e morais às crianças de maneira leve e divertida através da fusão do passado e presente.

Diferentemente dos livros de D'Aulaires e Hamilton que recontam os mitos à sua maneira, Riordan foi além e criou sua própria mitologia moderna ao unificar elementos da cultura grega com a americana. Ao analisar o seu trabalho percebe-se que a obra não é uma mera adaptação dos mitos, que seria uma alteração para que fizessem sentido no mundo moderno, mas sim uma verdadeira mescla entre as duas culturas formando um quadro de representação da mitologia Grega similar ao material original em vez de transformar em mutações irreconhecíveis, algo que poderia ter acontecido dado o apelo à modernidade. Por conseguinte, há a percepção de que o enredo demonstra um diálogo com o passado e não somente sua apropriação cega.

Tal constatação pode ser verificada na maneira como os heróis são retratados pelo autor, que converge com a percepção grega dessas figuras. Nos livros Perseu é apresentado como herói perfeito: justo, leal, honrado, exímio espadachim e com o destino de salvar toda a “civilização” ocidental, ele possui a *Areté* – a qualidade da virtude – que era estimada pelos gregos e que os grandes heróis deveriam deter pois, eram vistos como modelos a serem seguidos. O oposto dos atributos da *Areté* – físicos, psíquicos, morais, éticos, políticos – era a *hybris*, que pode ser entendida como vício ou tudo que passa da medida, e que está presente na obra como “defeito mortal”, uma característica de cada herói possui que por ser em excesso pode levar a ruína (Riordan, 2014, p. 206-207). Para a cultura grega, atos cometidos por causa da *hybris*, como uma injustiça ou crueldade, feriam a honra daquele que a praticava e de toda a comunidade (Eyler, 2014, p. 38-39, 41).

A *areté* e *hybris* são aspectos da religião grega que denotam o seu caráter cívico, na qual religião e o social eram indissociáveis, já que a religião fazia parte do modo de vida dos homens e mulheres gregos. Já no universo de Riordan, os dois conceitos dialéticos fazem parte de seu projeto educacional moralizante que é expresso pela *hybris*/defeito mortal do protagonista ser a lealdade: “Para salvar um amigo, você sacrificaria o mundo” (Riordan, 2014, p. 303), que no último livro é

revelado que o senso de lealdade do protagonista salva o mundo, devido que ao optar pela lealdade e confiança no seu amigo Percy fez a escola decisiva que derrotou o titã Cronos, ou seja, ele é a encarna os grandes heróis míticos devido o seu defeito mortal ser também uma Areté, uma qualidade.

Resumindo, o trabalho de Riordan cria uma nova mitologia a partir da recepção tanto do passado antigo, se apropriando do civismo da religião grega e de seus personagens, como da cultura americana moderna. Entretanto, a originalidade do autor sofre com a profunda influência do orientalismo americano que durante a produção dos livros atingiu altos níveis com a guerra ao terror e do neoconservadorismo do governo republicano de George W. Busch entrou em conflito ideológico com o multiculturalismo e defendeu a permanência de uma cultura europeia e religiosa como dominante.

3.3 O coração da chama Ocidental arde nos EUA: os discursos civilizatório e orientalista e as guerras culturais em Percy Jackson

Em *O ladrão de raios* (2005), em um diálogo de Percy com o centauro Quíron, é dada uma explicação do porquê as criaturas da mitologia greco-romana estarem morando nos Estados Unidos, da qual chama atenção alguns termos como “civilização”, “chama” e “Ocidente”. Segue o trecho:

— Vamos, Percy. O que vocês chamam de civilização ocidental. Você acha que é apenas um conceito abstrato? Não, é uma força viva. Uma consciência coletiva que ardeu brilhantemente por milhares de anos. Os deuses são parte dela. Você pode até dizer que eles são sua fonte ou, pelo menos, que estão ligados tão intimamente a ela que possivelmente não vão deixar de existir, a não ser que toda a civilização ocidental seja destruída. A chama começou na Grécia. Então, como você bem sabe... ou espero que saiba, já que foi aprovado no meu curso... o coração da chama se mudou para Roma, e assim fizeram os deuses. Ah, com nomes diferentes, talvez: Júpiter em vez de Zeus, Vênus em vez de Afrodite, e assim por diante; mas as mesmas forças, os mesmos deuses (Riordan, 2014, p. 80).

Essa passagem declara que a dita “civilização Ocidental” é uma entidade viva no que tange a sua presença na cultura e na identidade coletiva de todas as sociedades que herdaram o legado grego, que foi o precursor dessa “civilização”. A mobilidade da herança Ocidental é descrita pela metáfora da chama que doravante a ascensão de impérios que assimilavam os valores gregos foi de um local a outro até que na contemporaneidade se estabeleceu na América do norte. O enredo dos livros

estabelece uma continuidade histórica linear entre antiguidade e modernidade e une os acontecimentos históricos das nações europeias e dos Estados Unidos na História universal do Ocidente que estaria durante o momento que ocorre as aventuras de Percy em seu mais novo capítulo de sua gloriosa História.

A ideia de “civilização” ocidental de Riordan recupera o eurocentrismo do século XIX que, como foi apresentado no capítulo anterior, estava centrado em uma versão evolucionista da História dos quais os impérios vão sucedendo uns aos outros, sendo o mais novo, conseqüentemente, o mais moderno, superior. Esse modelo de concepção determinava que a Europa como centro do globo do qual todos os eventos convergiam para o seu apogeu.

Na segunda metade do século XX, o modelo eurocêntrico cai em desuso, entretanto, os Estados Unidos, ao assumir a função de baluarte do Ocidente, recupera alguns desses traços. McNulty (2023, p. 3-4) relata que a noção de “civilização ocidental”, que hierarquiza o mundo entre “superiores” e “inferiores”, é imprescindível para a identidade americana que se baseia na ideia de excepcionalidade e destino manifesto.

É fundamental, para compreender os impactos do contexto histórico na literatura de Riordan, um resumo da História dos EUA de meados do século XX ao início do XXI. O país finaliza a Segunda Guerra Mundial fortalecido e como a maior potência militar e econômica do planeta. Para manter seu império e o modo de vida consumista de sua população, entrou em confronto indireto com a URSS, de orientação comunista, pela expansão de zonas de influência, com especial interesse no Oriente Médio do qual estabeleceu estados clientelistas na década de 1960. A presença americana interferindo nas questões regionais do Oriente fez com que a localidade se tornasse um “barril de pólvora” que deu origem a diversos conflitos bélicos, a exemplo da guerra Irã-Iraque ocorrida em 1980 (Purdy, 2007, p. 243).

Com os governos republicanos no poder a partir de 1980, os EUA fortaleceram sua política intervencionista no terceiro mundo, que eram justificadas pelo país ser o pilar da democracia era seu dever combater governos déspotas que constituíam uma ameaça à liberdade do Ocidente (Purdy, 2007, p. 257). Tal fato resultou no desenvolvimento de grupos fundamentalistas islâmicos que por repudiaram o imperialismo norte americano e europeu iniciaram o “Terror”, uma série de atentados a países ocidentais, como o atentado ao *World Trade Center*, em 11 de setembro de 2001, pela Al-Qaeda que aumentou as tensões, a xenofobia e inaugurou uma nova

versão do orientalismo, tomando o árabe e/ou muçulmano como o principal inimigo da cultura ocidental.

O terrorismo enquanto novo “inimigo” não se identifica com nenhum estado nacional, não possui um exército, e não há nenhuma complementariedade seja econômica ou militar como havia com a União Soviética. “Ele é universal e ubíquo, um inimigo tipicamente imperial, da humanidade, e não de algum estado em particular (Fiori, 2007, p. 103)”. As implicações do combate a este tipo de ameaça são as maiores possíveis, pois é um inimigo que os Estados Unidos identificam, marcam, delimitam e atacam. Ele pode estar em qualquer canto do globo e agir de diversas formas, ele é um inimigo que não tem fim, que não se derrota, numa guerra de prolongamento “infinito”. A mutabilidade deste mal definido inimigo está presente nesta primeira década do século XXI, ele já esteve em diversos estados e, por esta razão, estes sofreram a desgraça de serem invadidos. O que começa com a Al Qaeda, e o regime talibã no Afeganistão, depois assume outras definições, segundo Fiori (2007), de “redes terroristas”, englobando também ameaças mais tradicionais como o “eixo do mal” e os “estados produtores de armas de destruição em massa” (Conde, 2015, p. 72).

Conde (2015) traz à tona a idealização feita pelos americanos da guerra ao terror como uma guerra sem fim, que diferentemente dos conflitos entre nações que geralmente possuem motivações econômicas, trata-se de uma luta para proteção dos valores do ocidentes, da liberdade *versus* barbaridade, de bem *versus* mal. Said (2001, p. 386, 410) de igual maneira relata que os orientalistas americanos retratam os árabes como uma ameaça constante pois, seriam um povo bélico por natureza e que isso era explicado pela sua ascendência semítica, que não havia produzido uma cultura que fosse comparável a do Ocidente.

O discurso de que estava acontecendo uma guerra entre Ocidente e Oriente ganha fôlego como o livro *O choque de civilizações* (1996) publicado pelo cientista político Samuel P. Huntington que teorizou que todos os embates que surgiram depois da guerra fria foram motivados pela colisão entre as “culturas”, dos quais afirma existirem oito, a saber: chinesa, japonesa, hindu, muçulmana, ortodoxa, ocidental, latino-americana e africana. Huntington faz um apelo aos estadunidenses para reafirmarem sua identidade Ocidental, evitando a decadência cultural, para que possam enfrentar as problemáticas advindas de outras civilizações (Todorov, 2010, p.104).

Durante a leitura da série *Percy Jackson e os Olimpianos* é observado que a possibilidade da destruição da “Civilização Ocidental” é recepcionada como temor pelo protagonista e seus companheiros como também é a principal motivação para

que os semideuses do Acampamento meio-sangue lutem contra os Titãs. Cronos, o rei dos Titãs e senhor do tempo, não faz parte do Ocidente, o seu reinado fora em uma era anterior a dos deuses que teriam auxiliado os mortais a criarem a cultura grega e por extensão a civilização.

O retorno dos Titãs ao poder significa que surgiria uma nova era em que os valores e a cultura greco-americana não existiriam mais, isso é expresso nos objetivos de Luke Castellan, semideus filho de Hermes, que trai os deuses por acreditar que o Ocidente está apodrecido e a única solução é refazer tudo do zero (Riordan, 2014, p. 134). São claras as semelhanças da obra com os discursos a favor da Guerra ao terror: nos dois há um inimigo a ser combatido que detesta a cultura ocidental e quer a todo custo destruí-la; e uma das formas de preservar a identidade é aceitando o seu legado, tal como Percy faz ao decidir proteger o Olimpo, em vez de renegar o seu pai, como Luke.

O encontro com a Medusa, no decorrer da primeira missão de Percy Jackson, é sintomático do intenso orientalismo da época da escrita do primeiro manuscrito. Os reflexos do 11 de setembro e das subsequentes guerras no Afeganistão (2001) e Iraque (2003) atingiram não só o campo da ciência política, mas se espalhou pelos meios comunicação em massa, tv e *Internet*, e na literatura popular. No trabalho de Riordan a Medusa é representada na descrição da Górgona:

Então a porta se abriu rangendo, e diante de nós estava uma mulher alta, do Oriente Médio - eu pelo presumi que fosse de lá, porque usava um longo vestido preto que escondia tudo menos as mãos, e sua cabeça estava totalmente coberta por um véu. Seus olhos brilhavam embaixo de uma cortina de gaze preta, mas isso foi tudo o que pude distinguir. As mãos cor de café pareciam velhas, mas bem cuidadas e elegantes, portanto imaginei que se tratasse de uma avó que fora outrora uma bonita dama (Riordan, 2014, p. 180).

McNulty (2023, p. 76) conta que a aparência oriental da Medusa é utilizada na trama para transmitir a sensação de desconfiança ao leitor que mesmo antes da revelação de que ela é um monstro a associa com os estereótipos orientalistas que são confirmados quando ela tenta transformar os heróis em pedra. Esse episódio do primeiro livro é problemático pois a única personagem que é identificada como de origem Oriental é uma vilã que tenta impedir o cumprimento da missão de impedir uma guerra entre os deuses que prejudicaria todo o Ocidente.

Além das questões sobre “civilização ocidental” e orientalismo, a obra também pode ser inserida no âmbito das guerras culturais americanas, que

despontaram em decorrência dos movimentos multiculturalistas dos anos 1960. Nesse contexto, questões de gênero, raça, sexualidade, entre outras, ganharam destaque tanto nas universidades como nas mídias, em contraponto a isso, grupos conservadores reagiram contra o avanço das pautas multiculturais, dando início as guerras culturais. O embate entre conservadorismo e liberalismo adentra a política americana na oposição dos partidos democrata e republicano, que no período de publicação dos livros tinha na presidência dos EUA um republicano neoconservador: George W. Bush (Purdy, 2007, p. 273).

A presença das guerras culturais na literatura de Riordan é perceptível pelos elementos da cultura americana que ele utiliza para compor sua mitologia greco-romana. Em que a passagem dos personagens a monumentos nacionais, como O Gateway Arch em Saint Louis e a Represa Hoover, denotam a importância que Riordan dá aos símbolos nacionais. Do qual Gateway Arch, que vale ressaltar não possui uma arquitetura clássica, foi construído em homenagem à expansão para oeste, ou seja, ligado a ideologia de destino manifesto, que afirmava que os americanos tinham sido escolhidos por deus para colonizar o continente, esse processo de expansão matou milhares de indígenas. Portanto, percebe-se que ao escrever a obra, Riordan mantém uma postura conservadora ao trazer monumentos que aludem a memória da elite branca e que representam suas inovações tecnológicas como a barragem Hoover (McNulty, 2023, p. 28).

Por outro lado, após o arrefecimento das guerras culturais com ascensão democrata ao poder, o ator começa a incluir nas suas obras personagens e enredos mais diversos, como a personagem Piper Mclean, uma das protagonistas de *Os Heróis do Olimpo*, que é descendente dos indígenas cherokee, e da adaptação da Medusa para a série da Disney+ de Percy Jackson (2023) em que ela não mais é representada como uma oriental e até mesmo a sua vilania é relativizada.

Ante ao que foi exposto, infere-se que *Percy Jackson e os Olimpianos* possui em sua trama marcas da helenomania do século XIX, ao conceber a cultura ocidental como nascente de uma Grécia ímpar as demais sociedades de seu tempo, que evidencia o que Hardwick (2003) denomina por "cadeias de recepção", que como explicado no primeiro capítulo trata do conjunto de recepções anteriores que influenciam novas recepções. Como de igual maneira do contexto histórico neoconservador e orientalista de sua produção.

Atualmente a série da Disney+ em sua primeira temporada demonstrou que

deseja seguir por caminhos diferentes ao tomados por Riordan entre 2005 e 2009, só o futuro dirá se a série conseguirá apresentar um retrato da cultura grega que esteja menos alinhado a sua apropriação imperialista e mais condizente com as representações atuais dos classicistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista do que foi relatado ao longo dos capítulos do presente trabalho chega-se à conclusão de que foram produzidas muitas representações da antiguidade, sejam elas de cunho historiográfico ou literário, que não caberia a uma monografia o trabalho hercúleo de ao menos resumi-las, o que mostra como os campos de recepção e usos do passado possuem um futuro profícuo pela frente. Vale ressaltar que somente as recepções oitocentistas, e em particular a alemã, geraram material suficiente para diversas dissertações e teses.

A representação oitocentista se difere das demais apropriações por criar um modelo de compreensão da Grécia Antiga que resulta na glorificação de um suposto “milagre grego” em que a Grécia teria despontado como “civilização” sem ter tido influências das sociedades vizinhas na África e na Ásia. Essa ideia foi adotada para servir no arcabouço de alegações que visaram legitimar os Estados-nação como entidades que teriam surgido na antiguidade e como parte fundamental do conceito de civilização ocidental que hierarquizou os países da Europa ocidental, e posteriormente os Estados Unidos, como superiores dada a sua herança clássica e cristã.

No que concerne o principal objeto de estudo a série *Percy Jackson e os Olimpianos*, foi constatado durante a análise o quanto uma obra da literatura infantil, que superficialmente aparenta não ter compromisso com a realidade, pode levar a descobertas sobre o período histórico em que foi produzida, tendo as questões político-sociais interferido na produção artística. A guerra ao terror e a onda conservadora no período dos mandatos de George W. Bush tiveram profundo impacto no enredo que moldou o pensamento de uma geração de crianças e pré-adolescentes sobre a existência de uma herança cultural grega nas sociedades modernas e como ela está ameaçada por ideologias contrárias ao Ocidente, sendo a própria concepção de “civilização ocidental” uma ideologia que aparece na História a partir da confrontação com o outro e do desejo das nações Europeias de dominarem o Oriente.

Rick Riordan ao renovar os mitos gregos com novas aventuras e heróis, dá continuidade ao projeto de Hawthorne que ao modernizar, ao aproximá-los de seus leitores e das suas vivências, propicia a sua permanência no imaginário popular. O que seria da mitologia sem Hawthorne, D'Aulaires, Hamilton, Graves e Riordan?

Será que teriam o mesmo alcance na cultura popular? Pelo que foi exposto, provavelmente não. Antes da popularização por essas figuras, os conhecimentos dos clássicos faziam parte da alta cultura, do qual o estudo do latim por exemplo, que hoje é ensinado em escolas americanas, era exclusivo de uma minoria erudita.

Em última instância, verifica-se que a pesquisa conseguiu atingir os seus objetivos com êxito ao debater sobre como a antiguidade é percebida pelos indivíduos contemporâneos, já que a mesma não se apresenta tal como foi, até porque não é possível conhecer o passado em sua totalidade, apenas os seus rastros, e por isso, o mesmo fica refém de apropriações que o desfiguram e transformam, tal como a representação criada pelo modelo ariano e que ainda se faz presente tanto na literatura das massas como no ensino tradicional escolar.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo, Cia das Letras, 2008.

BALLESTRIN, Luciana. “América Latina e o giro decolonial”. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89-117, mai./ago. 2013.

BAKOGIANNI, Anastasia. O que há de tão ‘clássico’ na recepção dos clássicos? Teorias, metodologias e perspectivas futuras. **Codex – Revista de Estudos Clássicos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 2016, pp. 114-131. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/CODEX/article/view/3341>> Acesso em: 25 de abril 2023.

BELTRÃO, Claudia; DAVIDSON, Jorge. **História Antiga**. Vol 02. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BERNAL, Martin. **Atenea negra**: Las raíces afroasiáticas de la civilización clásica. Barcelona: Crítica, 1993.

BERNAL, Martin. A imagem da Grécia Antiga como ferramenta para o colonialismo e para hegemonia europeia. In: FUNARI, P.P.A.(Org.) **Repensando o Mundo Antigo** - Martin Bernal e Laurent Olivier: Campinas: IFCH/UNICAMP, 2003.

BOLGAR, R. R. O legado grego. In: FINLEY, M.I. (org.). **O legado da Grécia**: uma nova avaliação. Trad. Yvette Vieira Pinto de Almeida. Brasília: Editora UnB, 1998.

BONFÁ, D. C. Antiguidade, identidade e os usos do passado. **Revista De Estudos Filosóficos E Históricos Da Antiguidade**, 21(30), 2017. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/cpa/article/view/17204/11879>>.

BONFÁ, D. C., & MATOS, K. B. de S. Antiguidade em contexto: os usos do passado e suas intencionalidades. **Revista De Estudos Filosóficos E Históricos Da Antiguidade**, 27(37/38), pp. 94-109, 2022.

CATROGA, Fernando. A gênese teórica do Eurocentrismo. In: VALENTE, Isabel Maria Freitas (orgs). **Europa, Atlântico e o Mundo**: Mobilidades, Crises e Dinâmicas Culturais. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 35-50.

CONDE, Leandro Carlos Dias. “Revisitando a ‘Guerra ao Terror’: terrorismo e política externa norte-americana no pós-Guerra Fria”. **Conjuntura Global**, Vol. 4, n. 1, jan./abr., 2015, pp. 70-83.

COUTO, Edvaldo Souza et al. Da cultura de massa às interfaces na era digital. **Revista da FAGED**, Salvador, BA, v. 14, p. 105-118, jul./dez. 2008. Disponível em: Acesso em: 01 de ago. 2024.

DABDAB TRABULSI, José Antonio. Liberdade, Igualdade, Antiguidade: a Revolução Francesa e o Mundo Clássico. **Phoinix**, Rio de Janeiro, v. 4, pp. 205-255, 1998.

DE CAMPOS, Natália Ferreira. **Romances históricos do século XXI e sua recepção do final da república romana e principado**: questões sociais, gênero, sexualidade e identidades. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Campinas, Campinas, 2019.

DIAZ-ANDREU, M. Nacionalismo y Arqueologia: el contexto político de nuestra disciplina. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 11: pp. 3-20, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109402>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.

ENEIDA. In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2023. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Eneida&oldid=67081136>>. Acesso em: 7 dez. 2023.

EYLER, F. M. História antiga: Grécia e Roma: a formação do Ocidente. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2014.

FINLEY, Moses I. **Uso e abuso da História**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FUNARI, Pedro Paulo A.; SILVA, Filipe N. O conceito de Antiguidade clássica e a chamada 'Identidade Cultural Ocidental'. Algumas considerações. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/66194998/O_conceito_de_antiguidade_classica.pdf>. Acesso em: 10 de agosto de 2024.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2013.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Império romano e identidade grega. In: FUNARI, Pedro Paulo Abreu; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (orgs.). **Política e identidades no mundo antigo**. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 147-161.

GUIMARÃES, M. R. O Termo Ariano e a Narrativa Indo-Europeia. **Línguas & Letras**, [S. l.], v. 19, n. 43, 2018. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/linguaseletras/article/view/20439>>. Acesso em: 15 out. 2024.

GUINSBURG, J. **O Romantismo**. 3 ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

Grimal, Pierre. **Dicionário da mitologia grega e romana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

HARDWICK, Lorna. **Reception Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARTOG, François. **Os Antigos, O Passado e o Presente**. Brasília: Ed. UnB, 2003.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014

HERING, Fábio Adriano. **Helenismo e imperialismo: A imaginação histórica britânica e a construção moderna da Grécia antiga**. Tese de doutorado em História. Campinas, SP, Unicamp, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

JÁCOME NETO, Félix. A recusa da interação: um ensaio historiográfico sobre etnocentrismo e racismo na Grécia Antiga. **Revista Brasileira de História** [online]. 2020, v. 40, n. 84. pp. 21-41. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1806-93472020v40n84-02>>. Acesso em: 05 de outubro de 2024.

KARNAL, Leandro *et. Al.* **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

LANGER, Christian. O colonialismo informal da Egiptologia: da missão francesa ao Estado de segurança. **Mare Nostrum**, [S. l.], v. 12, n. 1, pp. 243-268, 2021. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/183117>>. Acesso em: 10 out. 2024.

LEITE, Priscilla Gontijo; GURGEL, Victor Braga. “Apropriações da Tradição Clássica no Brasil e o Ensino de História Antiga”. In: BUENO, A.; ESTACHESKI, D.; CREMA, E.; ZARBATO, J. (Orgs.). **Aprendendo História: Ensino**. União da Vitória: Sobre Ontens, 2019, p. 26-38.

MARTIN, Breanna, **Adaptation and Cultural Study of Mythology: Exploration of Riordan's Literature**". Thesis (Master of Arts in English Composition) - California State University. 2021. Disponível em: <<https://scholarworks.lib.csusb.edu/etd/1291>>.

MARTINDALE, Charles. Thinking through reception. In: MARTINDALE, C.; RICHARD, T. **Classics and the uses of reception**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006, p. 1-13. Disponível em: <<https://download.e-bookshelf.de/download/0000/5795/48/L-G-0000579548-0002344824.pdf>>. Acesso em: 01 de jun.2023

MARTINDALE, Charles. Reception - a new humanism? Receptivity, pedagogy, the transhistorical. **Classical Receptions Journal**, v. 5, n. 2, pp. 169-183, 2013.

MERCIER, Daniela. Estátua de Borba Gato, símbolo da escravidão em São Paulo, é incendiada por ativistas. **El País**, São Paulo, 24 de Julho de 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-07-24/estatua-do-borba-gato-simbolo-da-escravidao-em-sao-paulo-e-incendiada-por-ativistas.html>>. Acesso em: 29 de agosto de 2024.

MOERBECK, Guilherme. Em defesa do ensino da História Antiga nas escolas contemporâneas: Base Nacional Curricular Comum, usos do passado e pedagogia decolonial. **Revista Brathair**, [São Luís] v. 1, n. 21, p. 50–91, 2021.

MORAES, Rodrigo Juventino Bastos de. A montanha mágica dos gregos: Nietzsche e o helenismo alemão. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 2022.

MURNAGHAN, S. Myths of the Greeks: The Origins of Mythology in the Works of Edith Hamilton and Robert Graves. **Classical Bulletin**, 84 (1), 81-89. 2009. Retrieved from <https://repository.upenn.edu/classics_papers/155>.

MURNAGHAN, S. Classics for Cool Kids: Popular and Unpopular Versions of Antiquity for Children. **Classical World**, 104 , 339-353. 2011.

MCNULTY, Peyton. **Classics and White Supremacy: How Percy Jackson Supports Narratives of Western Civilization, American Exceptionalism, and White Supremacy**. UVM Honors College Senior Theses. 2023. Disponível em: <<https://scholarworks.uvm.edu/hcoltheses/574>>.

RIORDAN, Rick. **Percy Jackson e os Olimpianos: O ladrão de raios**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Percy Jackson e os Olimpianos: O mar de monstros**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Percy Jackson e os Olimpianos: A maldição do titã**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Percy Jackson e os Olimpianos: A batalha do labirinto**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **Percy Jackson e os Olimpianos: O último olimpiano**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

_____. **A Teacher's Guide to The Lightning Thief**. Hyperion books for children. 2005. Disponível em: <https://rickriordan.com/resource_type/teachers-guides/>.

SAID, Edward. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SILVA, Glaydson J. da; CARVALHO, Alexandre G. (org.). **Como se escreve a História da Antiguidade: olhares sobre o antigo**. São Paulo: Editora Unifesp, 2021.

SILVA, Glaydson José da; FUNARI; Pedro Paulo; GARRAFONI, Renata Senna. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 40, n. 84, p. 43-66, mai-ago. 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbh/a/NxWFCCdfrijxYXzmQB98NPt/?lang=pt>> Acesso em: 13 de agosto de 2024.

SILVA, G. J. (Org.); GARRAFFONI, R. S. (Org.); PAULO A. FUNARI, PEDRO (Org.); Gralha, J.C.M. (Org.); Rufino, R. (Org.). **Antiguidade como Presença. Antigos, modernos e os usos do passado**. Curitiba: Prismas, 2017. v. 1. 326p. ISBN 9788555075131

SILVA, L. L. S. da. A evidência de práticas orientalistas como instrumento do imperialismo no pós-11 de Setembro. **Revista Geografias**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 56–74, 2013. DOI: 10.35699/2237-549X.13361. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/geografias/article/view/13361>>. Acesso em: 03 nov. 2024.

SOUZA, Marco Aurélio Dias de. **O fim da Guerra Cultural e o conservadorismo estadunidense?** uma leitura sobre a trajetória de ascensões e quedas da direita religiosa americana. 2014. 320 f. Tese (Doutorado Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras - Sociologia). Universidade Estadual de São Paulo. Araraquara, SP, 2014. Disponível em: <https://agendapos.fclar.unesp.br/agendapos/ciencias_sociais/3117>. pdf. Acesso em: 08 de novembro de 2024.

SÜSSEKIND, P. O helenismo de Goethe. **Especiaria: Cadernos de Ciências Humanas**, v. 11, n. 19, p. 117-131, 1 out. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/726>>. Acesso em: 08 de outubro de 2024.

STOIANI, R.; SENNA GARRAFFONI, R. Escavar o passado, (re)construir o presente: os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão Bonaparte. **Revista de História da Arte e da Cultura**, Campinas, SP, n. 6, pp. 69-82, 2021. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/rhac/article/view/15731>. Acesso em: 24 maio. 2023.

TODOROV, T. **O medo dos bárbaros**: para além do choque entre civilizações. Petrópolis: Vozes, 2012.

VARGAS, Anderson Zalewski. As recepções e as conformações de passado e presente. **Heródoto**, Guarulhos, v. 4, n. 2, pp. 7-17, jul.-dez. de 2019.

VERNANT, Jean Pierre. **Mito e religião na Grécia Antiga**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

WILSON, Emilly. Ancient Worlds: Edith Hamilton and the popularization of the classics. **The Nation**, 17 de outubro 2023. Books & the Arts. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/culture/edith-hamilton-classics/>>. Acesso em: 10 de outubro de 2024.